Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva

Flávio Aparecido de Almeida

(Orgs)

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

NOVOS OLHARES E ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES

VOL. 2

científica digital

CIENTÍFICA DIGITAL EDITORIAL LTDA
Barueri - São Paulo - Brasil
www.cientificadigital.org - contato@cientificadigital.org

Diagramação e Arte
Equipe Editorial
Arte Capa
Pedro Xavier - 2025

Edição © 2025 Editora Científica Digital
Texto © 2025 Os Autores
1ª Edição - 2025
Acesso Livre - Open Access

© COPYRIGHT - TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. A editora detém os direitos autorais sobre a edição e o projeto gráfico, enquanto os autores mantêm os direitos autorais de seus respectivos textos. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, permitindo o download e compartilhamento integral ou parcial, desde que a fonte seja devidamente citada e os créditos atribuídos aos autores. É obrigatório que a obra permaneça em formato de Acesso Livre (Open Access), sem qualquer alteração. A catalogação em plataformas de acesso restrito ou com fins comerciais é estritamente proibida.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas e sociais: novos olhares e abordagens multidisciplinares: volume 2 / Organização de Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva, Flávio Aparecido de Almeida. – Guarujá-SP: Científica Digital, 2025.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui Bibliografia
ISBN 978-65-83998-94-1
DOI 10.37885/978-65-83998-94-1

1. Ciências sociais. I. Silva, Marcelo da Fonseca Ferreira da (Organizador). II. Almeida, Flávio Aparecido de (Organizador). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Janaína Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático:
I. Ciências sociais

E-BOOK
ACESSO LIVRE ON LINE - IMPRESSÃO PROIBIDA
2025

Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Flávio Aparecido de Almeida
(Orgs.)

Ciências Humanas e Sociais: Novos Olhares e Abordagens Multidisciplinares

Volume 2

1ª EDIÇÃO

científica digital

2025 - GUARUJÁ - SP

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André Cutrim Carvalho
Prof. Dr. Antônio Marcos Mota Miranda
Profª. Ma. Auristela Correa Castro
Prof. Dr. Carlos Alberto Martins Cordeiro
Prof. Dr. Carlos Alexandre Oelke
Profª. Dra. Caroline Nóbrega de Almeida
Profª. Dra. Clara Mockdece Neves
Profª. Dra. Claudia Maria Rinhel-Silva
Profª. Dra. Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco
Prof. Dr. Cristiano Marins
Profª. Dra. Cristina Berger Fadel
Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Prof. Dr. Diogo da Silva Cardoso
Prof. Dr. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes
Prof. Dr. Fabricio Gomes Gonçalves
Profª. Dra. Fernanda Rezende
Prof. Dr. Flávio Aparecido de Almeida
Profª. Dra. Francine Náthalie Ferraresi Queluz
Profª. Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Prof. Dr. Humberto Costa
Prof. Dr. Joachin Melo Azevedo Neto
Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura
Prof. Dr. José Aderval Aragão
Prof. Me. Julianno Pizzano Ayoub
Prof. Dr. Leonardo Augusto Couto Finelli
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Lapa Junior
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva
Profª. Dra. Maria Cristina Zago
Profª. Dra. Maria Otília Zangão
Prof. Dr. Mário Henrique Gomes
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Prof. Dr. Nelson J. Almeida
Prof. Dr. Pedro Afonso Cortez
Prof. Dr. Reinaldo Pacheco dos Santos
Prof. Dr. Rogério de Melo Grillo
Profª. Dra. Rosenery Pimentel Nascimento
Prof. Dr. Rossano Sartori Dal Molin
Prof. Me. Silvio Almeida Junior
Profª. Dra. Thays Zigante Furlan Ribeiro
Prof. Dr. Wescley Viana Evangelista
Prof. Dr. Willian Carboni Viana
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Acesse a lista completa dos Membros do Conselho Editorial em www.editoracientifica.com.br/conselho

Parecer e revisão por pares
Os textos que compõem esta obra passaram por avaliação do Conselho Editorial e revisão por pares externos *(Peer Review)*, recebendo a devida recomendação para publicação.

Nota: Esta obra é fruto de um processo colaborativo, configurando-se como uma coletânea na qual os direitos autorais permanecem resguardados para os respectivos autores. Alguns capítulos podem ter origem em trabalhos anteriormente apresentados em eventos acadêmicos; no entanto, os autores foram orientados a adotar o devido rigor na prevenção do autoplágio. A responsabilidade pelo conteúdo de cada capítulo, assim como pela originalidade e integridade das informações publicadas, é inteiramente dos respectivos autores e autoras. O conteúdo da obra não reflete, necessariamente, a opinião da editora, dos organizadores ou dos membros do conselho editorial.

APRESENTAÇÃO

Esta obra é fruto de um esforço colaborativo que reuniu professores, estudantes e pesquisadores cujo envolvimento enriqueceu significativamente as discussões neste espaço formativo. Além disso, resulta de iniciativas interinstitucionais e ações voltadas ao incentivo à pesquisa, congregando especialistas de diversas áreas do conhecimento, vinculados a Instituições de Educação Superior, públicas e privadas, em âmbito nacional e internacional.

Seu principal objetivo é fortalecer a integração entre instituições, tanto no Brasil quanto no exterior, por meio de redes de pesquisa comprometidas com a formação continuada de profissionais da educação. Para isso, busca-se a produção e a ampla disseminação do conhecimento em distintas áreas do saber.

Expressamos nossa profunda gratidão aos autores pelo empenho, comprometimento e dedicação na concepção e finalização desta obra. Esperamos que ela se consolide como um recurso didático-pedagógico valioso, atendendo às necessidades de estudantes, docentes de todos os níveis de ensino e demais interessados na temática.

Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva

Flávio Aparecido de Almeida

SUMÁRIO

Capítulo **01**

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: BARREIRAS E FACILITADORES NA ATENÇÃO BÁSICA SAÚDE

Darcton Souza de Aguiar; Jaciane Cruz dos Santos; Juliana Mesquita dos Santos Alves; Isabel Cristina Nascimento Ferreira; Bianca Santos Martins Alves

doi 10.37885/250719731 ..... **8**

Capítulo **02**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESFERA PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Jadson Justi; Victor Antunes do Souza Serrão ; Jamson Justi; Edrilene Barbosa Lima Justi; Luciano Souza de Souza; Fernanda Priscila Alves da Silva; Adson Soares Garcia ; Nathalia Bentes Rodrigues

doi 10.37885/250819960 ..... **24**

Capítulo **03**

DENSIFICACIÓN URBANA COMO ESTRATEGIA SUSTENTABLE PARA MITIGAR LA DISPERSIÓN URBANA

José Luis Caballero Montes; Edberg Daniel Martínez Jiménez

doi 10.37885/251020381 ..... **40**

Capítulo **04**

ENTRELAÇANDO CARTOGRAFIA E INTERSECCIONALIDADE: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS NA PESQUISA COM MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Caroline Cabral Nunes ; João Paulo Macedo

doi 10.37885/251120544 ..... **57**

SOBRE OS ORGANIZADORES **79**

ÍNDICE REMISSIVO **80**

SUMÁRIO

01

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES: BARREIRAS E FACILITADORES NA ATENÇÃO BÁSICA SAÚDE

Darcton Souza de Aguiar

Jaciane Cruz dos Santos

Juliana Mesquita dos Santos Alves

Isabel Cristina Nascimento Ferreira

Bianca Santos Martins Alves

10.37885/250719731

RESUMO

As práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) foram introduzidas como estratégia de cuidado e atenção no Sistema Único de Saúde, principalmente a partir da criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), práticas essas que são baseadas em técnicas que utilizam conhecimentos tradicionais ou um conjunto de saberes com fundamentação filosófica. O objetivo desta revisão é apresentar e discutir a utilização, barreiras e facilitadores das práticas integrativas com aspectos políticos e de reabilitação na atenção básica de saúde. As PIC, estão presentes em todos os níveis de atenção à saúde do SUS, com grande destaque para a área de atenção primária à saúde. A primeira diretriz da PNPIC diz respeito à estruturação e fortalecimento da atenção às PIC no SUS, ou seja, sua integração em todos os níveis de atenção, com foco na atenção básica, desenvolvimento multidisciplinar, implementação de ações e fortalecimento das estruturas existentes, bem como o estabelecimento de mecanismos de financiamento, o desenvolvimento de normas técnicas e operacionais, e atuando em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e demais políticas do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares; reabilitação; atenção básica; profissionais de medicina tradicional.

INTRODUÇÃO

As práticas integrativas e complementares em saúde (PIC) foram introduzidas como estratégia de cuidado e atenção no Sistema Único de Saúde, principalmente a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que regulamentou diversas práticas complementares/não convencionais de saúde na rede pública de municípios e estados. Estas práticas baseiam-se numa abordagem integral e dinâmica do processo de saúde e doença, procurando estimular os mecanismos naturais de prevenção de lesões e recuperação da saúde (Amado *et. al.,* 2020)

As práticas integrativas e complementares (PIC) são baseadas em técnicas que utilizam conhecimentos tradicionais ou um conjunto de saberes com fundamentação filosófica, energética, quântica, holística entre outras. As PIC partem do pressuposto do cuidado que consiste em práticas históricas, que há milhares de anos não dependiam de sistemas e/ou de profissões ou regulamentações para serem utilizadas. Práticas do cuidado na visão tradicional desrespeitavam o processo de suporte/ajuda a quem necessitava de cuidados relacionados à vida, a fim de garantir uma manutenção da vitalidade e distanciamento da morte (Assis *et. al*., 2018).

As PIC, como são reconhecidas no Brasil, fazem parte dos procedimentos denominados de Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (MTCI), segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). As MTCI referem-se a um amplo conjunto de práticas de saúde, que podem variar de país para país, e são práticas estabelecidas no sistema de saúde convencional (Barbosa *et. al,* 2019; Barros *et. al.,* 2020).

Desde a década de 1970, a OMS reconhece a importância da MTCI para garantir que a população mundial tenha acesso aos serviços de saúde, especialmente à atenção primária, e tem orientado os estados-membros a reconhecer, promover e regular a MTCI em seus sistemas nacionais de saúde. A OMS 2002-2005 recomenda políticas de integração entre a medicina convencional e outras diversas racionalidades e práticas nos sistemas nacionais de saúde, tendo em conta a segurança, eficácia e qualidade dessas práticas e servindo para orientar/como orientação a legislação (Batista, 2021).

As Medicinas Alternativas podem ser entendidas como um fenômeno social nascido do movimento de estratificação cuidado com influência do processo trabalho doença com características do reducionismo biológico, a mecanização e a prioridade da doença sobre o estado de saúde do doente. Por medicina alternativa compreendemos lógicas e práticas que compartilham uma perspectiva vitalista, centrada na experiência do paciente, enfatizando o paciente e não a doença e inclusivo, não intervencionista (Brasil, 2006).

Em 2019, a OMS publicou o Relatório Global, que analisou o progresso da MTCI nas últimas décadas com base nas contribuições de 179 Estados-Membros da OMS. Até 2018, um total de 98 Estados-Membros, representando 50% dos Estados Membros da OMS, desenvolveram uma política nacional de MTCI, 109 publicaram leis ou regulamentos nacionais e 124 introduziram regulamentos sobre medicamentos fitoterápicos (Brasil, 2015; Brasil, 2017; Amado *et. al*, 2020).

Desde a década de 1970, esta organização tem incentivado os estados-membros a formular e implementar políticas nacionais para o uso racional e integrado de MT/CAM na atenção primária. O objetivo deste texto é apresentar, refletir e discutir a utilização, barreiras e facilitadores das práticas integrativas com aspecto políticos e de reabilitação na atenção básica de saúde.

DESENVOLVIMENTO

RACIONALIDADES MÉDICAS

As racionalidades médicas são um todo integrado e estruturado, que consiste em práticas e conhecimentos que compreendem cinco dimensões inter-relacionadas: morfologia humana (anatomia em biomedicina), biomecânica (fisiologia), sistemas diagnósticos, sistemas terapêuticos e doutrina médica (descrição da doença ou doença, suas origens), ou suas causas, evolução ou cura), tudo baseado em uma cosmologia que é implícita ou explícita a sexta dimensão (Brasil, 2018; Brasil, 2020). As racionalidades médicas podem ser consideradas facilitadores como recurso da integralização e cuidado em saúde, as práticas integrativas têm sido cada vez mais difundidas no campo da saúde a fim de aumentar a promoção de saúde, no entanto, algumas práticas integrativas têm

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

sido utilizadas com fins de reabilitação do contexto da aplicação da melhora de desfechos clínicos.

É possível considerar dois movimentos diferentes para estabelecer a ligação entre integralidade e racionalidade médica. O primeiro é o olhar para direcionado para as racionalidades médicas encontradas em nossa cultura e em outras culturas de forma organizada e detalhada, e o segundo é a imersão na própria biomedicina (CNS, 1996).

Baseados em estudos realizados pelo grupo liderado por Madel Luz, foram consideradas quatro grandes medicinas complexas, sendo elas a Homeopatia, a Medicina Tradicional Chinesa, a Medicina Ayurveda, e a Biomedicina. Racionalidades essas ricas em saberes e tradições extraídas de culturas e saberes tradicionais.

A Medicina Homeopática, Chinesa e Ayurveda apresentam qualidades teóricas que caracterizam questões de saúde do ponto de vista da integração, concentram-se em unidades individuais e unidades de pacientes em relação com o meio ambiente, sua cosmologia, integra humanos e natureza em uma perspectiva que assume a unidade do macrocosmo e do microcosmo e do sujeito humano constituído por dimensões psicobiológicas, sociais e espirituais, que influenciam suas doutrinas médicas, sistemas de diagnóstico e tratamento. Essa integração dupla estimula refletir a doença como resultado de um comprometimento e/ou descontinuidade do equilíbrio interno e relacionamentos sociais ao mesmo tempo (Brasil, 2018; Mendes, 2023).

Faz-se necessário compreender a visão da Medicina Ocidental Contemporânea (MOC), suas características epistemológicas e práticas, que estão pertencentes ao processo histórico e social da problematização da integração em suas abordagens, que impactam no desenvolvimento de estratégias institucionais. Como referência e reflexo dessa problematização, exemplifica-se o Sistema Único de Saúde que enfrenta dificuldades para integralizar e humanizar serviços assistenciais (SUS) (CNS, 1996; Garcia-Cerde *et. al.,* 2023).

A Medicina Ocidental Contemporânea apresenta uma cosmologia analítica baseada na imagem mecanicista da física clássica e na doutrina implícita da doença como uma entidade específica expressa em sinais e sintomas objetivos, uma manifestação de trauma que deve ser encontrada no organismo físico e

corrigidas por intervenções efetivas (CNS, 1996; Camargo Jr, 2003; Camargo Jr, 2013; WHO, 2013; Barros *et. al.*, 2020).

O Ministério da Saúde brasileiro definiu a terminologia PIC que amplia ambos os campos (práticas integradas e complementares) que incluem racionalidades médicas vitalistas, práticas médicas e práticas terapêuticas que na saúde chama-se integrativa e complementar, e devido à integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e a elaboração e efetivação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), essas práticas estão cada vez mais disponíveis para os usuários dos serviços públicos (CNS, 1996; Barros *et. al*., 2020; Gavin, Oliveira e Gherardi-Dona, 2010).

POLÍTICA NACIONAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), iniciou-se as discussões em 2000 a partir do atendimento de diretrizes e recomendações de variadas conferências nacionais de saúde e das recomendações da OMS. Em setembro de 2002, foi definido a criação de quatro subgrupos de Medicina Tradicional Complementar e Integrativa, contemplado pela Homeopatia, Fitoterapia, Medicina Antroposófica e Medicina Tradicional Chinesa/ Acupuntura, respeitando a diversidade de cada complexidade (Brasil, 2006).

A elaboração de políticas direcionadas para as práticas integrativas facilitam o acesso dos usuários a serviços e recursos de cuidado e autocuidado, a fim de promover saúde e prevenir condições agudas e crônicas de saúde assim como minimizar danos e agravos com práticas integrativas de ausculta, acolhimento, criação de laços terapêuticos e criação de uma reação biopsicossocial dentro do modelo de saúde. No entanto, barreiras podem permear a aplicabilidade e execução dessas políticas de saúde.

Em junho de 2003, representantes das associações nacionais de Fitoterapia, Homeopatia, Acupuntura e Medicina Antroposófica reuniram-se com o Ministro da Saúde do ano vigente, e foi instituído o grupo de trabalho para discussão e implementação das ações com o objetivo de elaborar a política nacional.

Através do Ministério da Saúde em atendimento às necessidades de se conhecer experiências já desenvolvidas na rede pública, Estados e Municípios desenvolveram estratégias para realização de diagnóstico nacional que

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

envolvessem as racionalidades inseridas nos grupos de trabalhos. Diagnóstico esse realizado após levantamento realizado pelo Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, em março de 2004, com aplicação de um questionário nas três esferas públicas Federal, Estadual e Municipal (Giovanella, 2018).

A PNPIC foi publicada em forma de portarias ministeriais n° 971 de 03 de Maio de 2006 e n° 1.600 de 17 de Junho de 2006, com o objetivo de implementar as PNPIC no SUS, a fim de prevenção de agravos e de recuperação da saúde, voltada em cuidado continuado, humanizado e integral, de forma a contribuir com a resolubilidade do sistema de ampliação de acesso e garantir a qualidade, eficácia e segurança de uso, estimulando ações referentes ao controle/participação social, promovendo envolvimento responsável e continuado dos usuários, gestores e trabalhadores (Ischkanian e Pelicioni 2012; Lima, Silva e Tesser, 2014; Luz e Camargo, 1997; Giovanella, 2014).

A PNPIC na sua primeira publicação contemplou apenas cinco PIC foram elas a Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia, Medicina; Antroposófica e Termalismo, em 2017 houve atualização com a incorporação de Arteterapia, Medicina Ayurvédica, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexologia, Reiki, Shantala e Terapia Comunitária Integrativa (Lima, Silva e Tesser, 2014). Em 2018 foram acrescentadas Apitoterapia, Aromotarapia, Bioenergética, Constelação Familiar, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de mãos, Ozonioterapia, Terapia de Florais (Brasil, 2018)

A PNPIC contempla sistemas médicos complexos e recursos terapêuticos, os quais são denominados e recomendados pela OMS de medicinas tradicionais e complementares. Esses recursos envolvem abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no vínculo terapêutico e na integração do ser com o meio e a sociedade (Luz, 2005).

PNPIC NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Em 1978 ocorreu a 1ª Conferência Internacional sobre Atenção Primária à Saúde, organizada pela OMS que identificou como prioridade a prestação de

Atenção Primária à Saúde (APS) para a população mundial até o ano 2000 e recomendou o uso de práticas tradicionais, medicina complementar/alternativa nos cuidados de saúde (Declaração Alma-Ata, 1978; Brasil, 2018). Desde então, a OMS incentivou os Estados-Membros a desenvolver políticas públicas com base na prática nacional e expressar esse compromisso por meio do estabelecimento de grupos de trabalho, reuniões, relatórios, anúncios, resoluções, incentivo à pesquisa e desenvolvimento de diretrizes técnicas para orientar os padrões internacionais de medicina tradicional e complementar (Ministério da Saúde, 2006; WHO, 2019).

O Movimento Sanitário Brasileiro auxiliou no fortalecimento de conceito ampliado na saúde sendo difundida na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986. Em 2006, o movimento ganhou visibilidade e dimensão nacional com a publicação da Portaria GM/MS nº 971, de 03 de maio de 2006, que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) no SUS e a Portaria GM/MS nº 1.600, de 17 de julho de 2006, que aprova a constituição do Observatório das Experiências de Medicina Antroposófica no SUS e ainda o Decreto nº 5813, de 22 de junho de 2006, que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (Ministério da Saúde, 2020; Nascimento *et. al.,* 2018).

O decreto que institui a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) subsidia e fortalece a construção da Política Estadual de Prática Integrativa e Complementar da Bahia (PEPIC/BA) a qual complementa e amplia a ótica e a assistência integralizada da PNPIC, que foi implementada em 2012 na Coordenação de Políticas Horizontais (CPT), Conselho de Governança do Cuidado (DGC), Preocupação Holística Supervisão Tecnológica em Prática Integrativa e Complementar de Saúde. A Secretária Estadual de Saúde da Bahia (SESAB) com apoio da Superintendência de Atenção Integrada à Saúde (SAIS) em campo com a Área Técnica de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (ATPICS), surgem com o objetivo de dar continuidade à iniciativa de implantação da PEPIC, referenciada da PNPIC, tendo como objetivo contemplar uma gama de racionalidades previstas na PEPIC e possibilitar práticas que conjuguem as experiências vivenciadas pelas diferentes comunidades de cada território baiano.

A PEPIC tem como objetivo ampliar o acesso às PICS no SUS, a qual encontra barreira nessa ampliação como distribuição e direcionamento de verbas, na perspectiva da compreensão holística em todos os níveis de atenção (promoção, prevenção de agravos e recuperação da saúde) para a população do estado da Bahia, no entanto amplia as abordagens integrativas da PNPIC, categoriza as PICS em grandes cinco grupos: 1. Sistemas Médicos Complexos, 2. Práticas Corporais e Vivências Integrativas, 3. Práticas Energéticas/Vibracionais e Meditativas/Contemplativas, 4. Terapias baseadas em produtos naturais/Plantas Medicinais e 5. Práticas Tradicionais e Populares. Ressalta-se a independência das esferas estaduais e municipais para criação e promulgação de suas políticas das quais são vigência de seu poder legislativo. O impacto das PIC alça diversos fatores dentre eles estão o econômico, social, cultural, técnico, sociopolítico, formação e pesquisa, que podem apresentar momentos de limitação e avanços na aplicabilidade dos recursos integrativos.

Embora políticas de prática integrativas tem sido formuladas com objetivos e diretrizes pensadas na gestão do cuidado, é perceptível o crescimento ainda tímido da realização dessas práticas no ambiente da atenção primária, que pode-se seguir por linhas de convergência das práticas baseadas em evidências das quais tem métodos de análise e estatísticos que podem evidenciar a efetividade e/ou eficácia de uma terapêutica , com uma ótica necessária para ampliação de terapêuticas no âmbito da saúde, no entanto quando refere-se a PIC observa-se uma fragilidade e inconsistências científicas diferentemente de outros recursos convencionais de saúde, nesse contexto permeia-se entre barreiras e facilitadores na aplicabilidade, principalmente na tomada de decisão e qual prática integrativa utiliza-se na assistência da saúde.

A gestão, aplicabilidade e organização das atribuições de cada esfera estão presentes em documentos elaborados através de encontros entre gestores a qual visam esclarecer quais são as atribuições das esferas quanto a gestão da PNPIC frente ao Ministério da Saúde, o que pode ser interpretado como um facilitador para gestão do fluxo da PNPIC, no entanto ainda se carece dessa aplicabilidade na atenção primária à saúde no que prevê as políticas de promoção a saúde (PNPS) e a PNPIC (Neri *et. al*., 2023).

A formação inadequada dos gestores que gerenciam esses sistemas independentemente de sua esfera de poder, deve ser considerado como uma

barreira, pois o gerenciamento da distribuição de verbas é impactado por não obtenção de conhecimento necessário das PIC pelos gestores, ou seja, a avaliação é baseada em formalidades das sessões de avaliações dos projetos de PIC bem como o desconhecimento de estudos científicos adequados como recurso de aprimoramento do conhecimento. De acordo com a OMS, mais de 70% da população global recorre a essas práticas como formas de atenção primária à saúde. Esse aumento de busca pode estar relacionado com a crescente demanda gerada por doenças crônicas, ao escalonamento dos custos dos serviços de saúde, o que impulsiona a busca por ações, medidas, cuidados, estratégias não farmacológicas e alternativas de cuidado integrativo. Além disso, há presença de insatisfação com as terapias biomédicas, uma busca por atendimento mais humanizado, integrativo, holístico e preventivo em relação às doenças e uma preferência por tratamentos com menor custo, acessível, e que se sintam assegurados da qualidade de vida quando a cura não possível (Contatore *et. al,* 2015).

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES COMO REABILITAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

As PIC estão presentes em todos os níveis de atenção à saúde do SUS (atenção primária, média complexidade e alta complexidade), com grande destaque para a área de atenção primária à saúde. Em 2018 as PICS representaram 16.007 dos serviços de saúde do SUS e dentre esses 90% são da APS. Quanto aos procedimentos de PICS realizados foram apresentados um somatório de 357.155. Em 2019 as PICs foram oferecidas à população em 17.335 serviços de saúde do SUS (Gavin, Oliveira e Gherardi-Dona, 2010). Embora haja singela manifestação e utilização das PIC na média e alta complexidade, torna-se valoroso a assistência centrada no cuidado integrado, assim como nestas unidades as PIC não sejam utilizadas e aplicadas apenas para usuários/pacientes, mas também para promoção, prevenção, manutenção e reabilitação de profissionais da área da saúde das unidades de serviços públicos.

Um estudo realizado por Garcia-Cede *et. al.* (2023) demonstra que cerca de 6,13% da população brasileira faz uso de alguma prática integrativa e que usuários com artrite/reumatismo, problemas crônicos nas costas e depressão

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

eram mais propensos a usar qualquer umas das PICS,as idades mais prevalentes entre o uso foram 65 a 74 anos, mais de 75 anos e 45 a 54 anos, quanto a acessibilidade identificaram maior uso em áreas urbanas quando comparadas em áreas rurais, e a grande maioria apresentava ensino superior completo.

Neri *et. al*. (2023) realizaram um estudo com objetivo de descrever a situação das PICS no estado, bem como o processo de implantação/implementação da PEPIC, fizeram parte do estudo 417 municípios, apenas 109 responderam a pesquisa, desses 38 ofertam alguma PICS, dos municípios que ofertam PICS apresentaram dúvidas sobre: financiamento (38); avaliação e monitoramento (20); planejamento e implantação (19); e implementação (18). Embora a PNPIC determine a utilização das PIC, percebeu-se que algumas limitações e desafios têm impedido que a sua implantação ocorra de modo mais efetivo.

A primeira diretriz da PNPIC diz respeito à estruturação e fortalecimento da atenção às PIC no SUS, ou seja, sua integração em todos os níveis de atenção, com foco na atenção básica, desenvolvimento multidisciplinar, implementação de ações e fortalecimento das estruturas existentes, estabelecimento de mecanismos de financiamento, desenvolvimento de normas técnicas e operacionais, e em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e demais políticas do Ministério da Saúde (Schveitzer, Sper e Silva, 2020; Lima, Silva e Tesser, 2014).

A segunda diretriz refere-se ao desenvolvimento de uma estratégia de capacitação em PIC para profissionais do SUS com base nos princípios e diretrizes desenvolvidos para a educação permanente, e a terceira diretriz aborda ações para disseminar conhecimentos e informações sobre PIC para profissionais de saúde, gestores e usuários do SUS, levando em consideração conta a prevalência e os métodos e conhecimentos tradicionais (Schveitzer, Sper e Silva, 2020; Lima, Silva e Tesser, 2014).

A Coordenação Nacional de PIC vinculada ao Ministério da Saúde em fevereiro de 2011 elaborou um relatório sobre a gestão de PIC no SUS para os anos 2006/2010, no qual considerou de extrema importância para a implementação da Política Nacional: (i) capacitação e qualificação de técnicos em número correspondente ao trabalho no SUS; (ii) monitoramento e avaliação dos serviços com relação aos princípios gerais da política, institucionalização da avaliação da atenção primária, especificidades de cada componente e níveis do sistema; (iii)

fornecimento de insumos (medicamento homeopático/fitoterápico/agulhas de acupuntura); iv) estruturação de serviços na rede pública; (v) desenvolvimento/adaptação de normativos legais específicos para os serviços do SUS e (vi) investimento em pesquisa e desenvolvimento para integrar saberes e práticas em diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo projetos humanizados, integrais e transdisciplinares (Lima, Silva e Tesser, 2014).

Um fator importante que dificulta a implementação das PIC na APS é a persistência do modelo biomédico nos serviços de saúde, que pode ser um sinalizador de mudanças estruturais necessárias para construção de cuidado em saúde mais integrado, acolhedor e interprofissional. Isso pode ser devido à formação acadêmica dos profissionais de saúde baseada no modelo newton--cartesiano de ensino ou na própria construção histórica do processo saúde e doença do país, de base curativista (Silva *et al.*, 2020).

Apesar do número crescente de pessoas que manifestem interesse e formação em alguma PIC, o Brasil apresenta formações em PIC difusa, com qualidade baixa e limitações em ofertas, as formações em PIC concentram-se principalmente na rede privada, o que pode ser uma barreira para os profissionais pertencentes da APS, embora o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (CNPICS) que ofertou curso de capacitação em auriculoterapia pelo Brasil (Silva 321 *et. al.,* 2021).

O Ministério da Saúde em busca na ampliação da qualificação da práticas integrativas complementares na saúde, buscou como público alvo profissionais de saúde atuantes em funções de nível superior na atenção primária, incluindo profissionais das equipes de Saúde da Família, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e centros de saúde, também chamados unidades básicas ou locais de saúde "tradicionais", além de profissionais dos Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centros Especializados em Reabilitação (CER), a primeira edição foi em 2016 e a última edição ocorreu em 2020 no total foram 4 edições com pólos regionais em 21 estados brasileiros, na Bahia em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina e apoiado pela Diretoria de Gestão do Cuidado (DGC), objetivo foi atingir 260 profissionais de saúde dos diversos municípios baianos, ao total da iniciativa foram capacitados em torno de 4.000 mil profissionais (Silva *et. al*., 2021).

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

De modo geral a oferta desses cursos está prevista na PNPIC, no entanto os cursos ofertados com maior duração são de instituições privadas e na modalidade de pós-graduação *lato sensu,* o qual pode ser um desafio que na grande maioria não atende às necessidades dos profissionais da APS em vista do impacto na produção do cuidado (Soares *et. al.,* 2019).

O facilitador desse processo de formação dos profissionais da APS poderia partir dos gestores, no entanto os mesmos apresentam desinteresse, falta de incentivo e apoio nas capacitações o que dificulta o processo de implementação das PIC nos serviços.30 Apesar de alguns profissionais apresentarem experiência (formação) em alguma das PIC, eles desconhecem a PNPIC, assim como profissionais não conhecem muitas das práticas e suas aplicações, devido à falta de conhecimento e apresentação prévia das PIC na graduação e suas fundamentações sejam históricas ou de aplicabilidade (Tesser, Sousa e Nascimento, 2018; Tesser e Luz, 2008).

A formação insuficiente e com baixa metodologia, impacta e proporciona limitações na oferta, na qualidade e na necessidade de ampliação de estratégias educacionais que melhorem a formação em saúde para melhor oferta das PIC na APS. As PIC podem ser ofertadas e inseridas na APS com fundamentação na PNPIC e/ou nas Políticas Estaduais como exemplo no Estado da Bahia a PEPIC/BA, para ampliação dos recursos terapêuticos com uma visão de reabilitação, bem como equipes e serviços especializados mais adequados na APS, investimentos são necessários e devem ser realizados para que esse cenário seja efetivo na APS e que seja disponível para o usuário.

CONCLUSÃO

O contexto e o modelo de integralidade adotado pela OMS na APS teve como referência procedimentos e abordagem chinesa, compreendendo uma das racionalidades que implica em modelos assistenciais integralizados, para além do modelo biomédico, onde o foco da atenção é o indivíduo/usuário e não a doença.

A Atenção Primária sendo uma das portas de entradas da rede de saúde, e como meio mais próximo da comunidade, pode ser um facilitador para o acesso às PIC , no entanto há uma grande barreira quanto a gestão, implementação

e financiamento dessas práticas, assim como deficiência na educação permanente desses profissionais, falta de capacitação adequada, educação em saúde, sem um serviço preparado e adequado para utilização dessas práticas, que do pressuposto público atende as demandas tanto do SUS como da APS.

REFERÊNCIAS

AMADO, D. M.; *et al.* Práticas integrativas e complementares em saúde. **APS em Revista**, v. 2, n. 3, p. 272-284, 2020.

ASSIS, W. C.; *et al.* Novas formas de cuidado através das práticas integrativas no sistema único de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 2, 2018.

BARBOSA, F. E. S.; *et al.* Oferta de práticas integrativas e complementares em saúde na estratégia saúde da família no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00208818, 2019.

BARROS, L. C. N. de; *et al.* Práticas Integrativas e Complementares na atenção primária à saúde: percepções dos gestores dos serviços. **Escola Anna Nery**, v. 24, p. e20190081, 2020.

BATISTA, C. de C. **Práticas Integrativas e Complementares na formação dos acadêmicos de Enfermagem em uma universidade privada no Município do Rio de Janeiro.** 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade privada no Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51537.

BRASIL. **Portaria nº 971, de 03 de maio de 2006, Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPICSUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPICSUS.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 702, de 21 de março de 2017.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 702, de 21 de março de 2018.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. **Relatório de monitoramento nacional das práticas integrativas e complementares em saúde nos sistemas de informação em saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

CAMARGO JR, K. R. de. **Biomedicina, saber & ciência: uma abordagem crítica.** São Paulo: HUCITEC, 2003.

CAMARGO JR, K. R. de. Medicalização, farmacologização e imperialismo sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 5, p. 844-846, maio 2013.

CNS – Conferência Nacional de Saúde (10., 1996, Brasília, DF). **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

CONTATORE, O. A.; *et al.* Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 10, p. 3263-3273, 2015.

DECLARAÇÃO ALMA-ATA SOBRE CUIDADOS PRIMÁRIOS. **Alma-Ata, URSS, 12 de setembro de 1978.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf.

GARCIA-CERDE, R.; *et al.* Use of integrative and complementary health practices by Brazilian population: results from the 2019 National Health Survey. **BMC Public Health**, v. 23, n. 1, p. 1153, 2023.

GAVIN, R. O. S.; OLIVEIRA, M. H. P. de; GHERARDI-DONA, E. C. da S. Terapias alternativas complementares: uma visão do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 9, n. 4, p. 760-765, 2010.

GIOVANELLA, L. Atenção básica ou atenção primária à saúde? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00029818, 2018.

ISCHKANIAN, P. C.; PELICIONI, M. C. F. Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando a promoção da saúde. **Journal of Human Growth and Development**, v. 22, n. 2, p. 233-238, 2012.

LIMA, K. M. S. V.; SILVA, K. L.; TESSER, C. D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 261-272, 2014.

LUZ, M. T.; CAMARGO JR, K. R. Um estudo comparativo de racionalidades médicas. **Curare Journal of Ethnomedicine**, v. 12, p. 47-58, 1997.

LUZ, Madel T. **Novos saberes e prática em saúde coletiva: estudo sobre racionalidades médicas e atividades corporais.** São Paulo: Hucitec, 2005.

MATTOS, G.; *et al.* Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3735-3744, 2018.

MENDES, J. Teorias do macrocosmo e do microcosmo: uma introdução. **Revista Ideação**, v. 1, n. 47, p. 327-324, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **A gestão da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.** Livreto 2. Brasília: Ministério da Saúde; Governo de Santa Catarina, 2020.

NASCIMENTO, M. C. do; *et al.* Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, p. 751-772, 2018.

NERI, S. C. C.; *et al.* Diagnóstico situacional das práticas integrativas e complementares em saúde na Bahia: um estudo transversal. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 47, n. 1, p. 9-24, 2023.

OMS – Organização Mundial de Saúde. **Estratégia sobre Medicina Tradicional 2002-2005.** Genebra: OMS, 2006.

QUEIROZ, M. S. O sentido do conceito de medicina alternativa e movimento vitalista: uma perspectiva teórica introdutória. *In*: **As duas faces da montanha: estudos sobre medicina chinesa e acupuntura.** São Paulo: Hucitec, 2006. p. 19-39.

SCHVEITZER, M. C.; SPER, M. V.; SILVA, M. J. P. da. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária em Saúde: em busca da humanização do cuidado. **O Mundo da Saúde**, v. 36, n. 3, p. 442-451, 2012.

SILVA, G. K. F. da; *et al.* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020.

SILVA, P. H. B. da; *et al.* Formação profissional em práticas integrativas e complementares: o sentido atribuído por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 399-408, 2021.

SOARES, D. P.; *et al.* Fatores intervenientes das práticas integrativas e complementares em saúde na atenção básica pelos enfermeiros. **Revista de Enfermagem Atenção Saúde**, p. 93-102, 2019.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. de; NASCIMENTO, M. C. do. Práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde brasileira. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 174-188, 2018.

TESSER, C. D.; LUZ, M. T. Racionalidades médicas e integralidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 195-206, 2008.

WHO – World Health Organization. **WHO global report on traditional and complementary medicine 2019.** Geneva: World Health Organization, 2019.

WHO – World Health Organization. **WHO Traditional Medicine Strategy: 2014-2023.** Geneva: World Health Organization, 2013.

ZHANG, X.; *et al.* **Estratégia de medicina tradicional 2002-2005.** 2002.

02

CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESFERA PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Jadson Justi
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Victor Antunes do Souza Serrão
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Jamson Justi
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Edrilene Barbosa Lima Justi
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Luciano Souza de Souza
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Fernanda Priscila Alves da Silva
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Adson Soares Garcia
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Nathalia Bentes Rodrigues
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

10.37885/250819960

RESUMO

Este estudo tece considerações sobre o equilíbrio entre as esferas da vida pessoal, profissional e acadêmica a partir de uma abordagem pluralista. Diante do contexto contemporâneo marcado pela aceleração do tempo, exigência constante por maior desempenho acadêmico e profissional e pela fragilidade humana ao que tange o bem-estar, a condição de desequilíbrio torna-se recorrente e, muitas vezes, naturalizada. O estudo traz discussão e reflexões quanto aos impactos da sobrecarga e da exaustão atreladas às esferas mencionadas. Metodologicamente, o presente estudo se enquadra como teórico-narrativo. Como resultado, entende-se que o equilíbrio é uma construção processual e, muitas vezes, influenciada pelo coletivo, que exige escuta, políticas públicas, acolhimento institucional e ética do cuidado. Conclui-se, que o equilíbrio entre as esferas da vida pessoal, profissional e acadêmica não pode ser compreendido como privilégio ou resultado exclusivo de autodisciplina, mas um direito humano a ser garantido por meio de ações coordenadas entre pessoas, instituições e sociedade. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à saúde mental, à educação inclusiva e ao trabalho digno são essenciais para garantir as condições mínimas de existência equilibrada.

Palavras-chave: Equilíbrio; Esferas da Vida; Autocuidado.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por transformações aceleradas, conectividade constante e uma multiplicidade de papéis que cada pessoa precisa desempenhar ao longo da vida. Em meio às exigências do trabalho, às responsabilidades acadêmicas e às demandas pessoais, a busca por equilíbrio entre tais esferas tornou-se uma necessidade urgente, e não apenas um ideal abstrato inerente ao ser humano. Trata-se, portanto, de uma questão de saúde generalizada o que engloba o estado emocional, o físico e, também, o social.

Dados da World Health Organization (2017) indicam que o Brasil é um dos países com maior índice de transtornos de ansiedade no mundo. No ambiente universitário, por exemplo, Barros e Peixoto (2022) apontam que os altos níveis de sofrimento psíquico entre universitários não decorrem apenas de fragilidades individuais, mas da intensificação das pressões institucionais e da precarização do tempo. Os autores demonstram que a integração acadêmica precária está diretamente associada à maior prevalência de transtornos mentais comuns entre graduandos.

Diante das crescentes exigências da sociedade contemporânea, levanta-se a seguinte indagação, é possível articular, de forma equilibrada, a esfera da vida pessoal, profissional e acadêmica sem comprometer o bem-estar de uma pessoa? Assim, tem-se por objetivo tecer considerações sobre o equilíbrio entre essas esferas a partir de uma abordagem pluralista. Adota-se, aqui, a concepção de equilíbrio como um processo contínuo de autorregulação, situado em contextos específicos e marcado por negociações permanentes entre demandas externas e necessidades individuais.

Além disso, este estudo parte do entendimento de que o sofrimento psíquico (componente atrelado ao bem-estar humano) de estudantes e trabalhadores não devem ser ignorados, tampouco naturalizado. Muitas vezes, esse sofrimento é silenciado pela lógica da necessidade de produtividade capitalista e, se manifesta como condição que negligencia a complexidade humana. Por isso, refletir sobre o equilíbrio entre esferas da vida envolve também pensar sobre tempo, cuidado, políticas institucionais e redes de apoio.

Com base nesse cenário, propõe-se uma abordagem pluralista que reconhece as interdependências entre as esferas pessoal, profissional e acadêmica,

analisando-as em suas especificidades, bem como em sua articulação cotidiana. A intenção não é prescrever soluções universais, mas refletir sobre nuances influenciadores na construção de cotidiano mais saudável e humanizado.

Para isso, adota-se uma metodologia teórico-narrativa, com ênfase em literatura diversificada em várias áreas do conhecimento. Tal escolha metodológica convém para a compreensão da problemática de desequilíbrio social a partir de uma perspectiva pluralista, destacando tanto as tensões quanto as possibilidades de transformação presentes no cotidiano quando a questão central se atrela as esferas pessoal, profissional e acadêmica. Com isso, pretende-se contribuir para a ampliação do debate sobre bem-estar humano, especialmente em contextos marcados pela exaustão e pelo imperativo da produtividade.

Intersecções entre as esferas da vida e os impactos no bem-estar

A compreensão do equilíbrio entre esferas da vida demanda reflexão ampliada da condição humana contemporânea, atravessada por exigências que se entrelaçam e, frequentemente, entram em conflito. Não se trata apenas de lidar com múltiplas funções simultâneas, mas reconhecer que o modo como as instituições sociais de trabalho e da universidade organizam-se e contribuem ao acentuar ou aliviar as tensões cotidianas. A vida pessoal, profissional e acadêmica, embora frequentemente tratadas como condições distintas, operam em permanente interdependência, impactando diretamente o bem-estar físico, emocional e relacional das pessoas.

A segmentação da vida em esferas independentes é, grosso modo, uma construção relativamente moderna ao desconsiderar a complexidade das experiências humanas. Na prática, tais esferas coexistem e se atravessam, formando um sistema dinâmico no qual o excesso ou carência em uma área reverbera diretamente nas demais. O pensamento sistêmico oferece uma chave interpretativa relevante para compreender tais interdependências, as pessoas não podem ser identificadas como detentoras de componentes isolados. Logo, o ser humano é dotado de um conjunto de sistemas a ele interligado, a saber, sociedade, ambiente educacional, trabalho e família (Feijó, 2017).

Essa compreensão sistêmica evidencia que não é possível pensar em bem-estar apenas a partir de estratégias individuais de organização pessoal.

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

O equilíbrio entre as esferas da vida demanda condições institucionais, culturais e políticas que reconheçam a complexidade da vida humana e a legitimidade de suas diferentes demandas. Bauman (2001), ao discutir os efeitos da modernidade líquida, alerta para o esvaziamento dos marcos de estabilidade nas relações sociais, a vida humana é precária a ponto de a incerteza estar presente integralmente. As estruturas que outrora organizavam a vida do homem foram dissipadas pela modernidade e, assim, cada pessoa passou a ser unicamente responsável por seu trajeto histórico, laborativo e social.

A responsabilização contemporânea excessiva de uma pessoa por sua própria estabilidade emocional, profissional e existencial pode contribuir ao sofrimento psíquico. Assim, atribuir a uma pessoa a tarefa de equilibrar sozinha sua múltipla função, ignora-se o peso das estruturas sociais limitadoras de suas possibilidades. A busca por equilíbrio, nesse contexto, não pode ser vista como um esforço de desempenho pessoal, mas como um projeto ético e coletivo. Nesse sentido, é possível compreender que o esgotamento psíquico não é sinal de incompetência, mas o efeito direto de uma lógica social que valoriza o excesso e deslegitima a pausa.

Como observa Han (2020), a sociedade do desempenho é, ao mesmo tempo, uma sociedade da autoexploração. O sujeito contemporâneo não é mais oprimido por outro, mas por si mesmo, na tentativa constante de superar seus próprios limites.

Nessa ótica, acredita-se que a liberdade aparente se modifica ao ponto da violência se voltar contra si próprio. E, essa dinâmica se manifesta tanto no ambiente de trabalho, onde o ideal de produtividade contínua se impõe, quanto no espaço acadêmico, do qual a pressão por resultados e excelência tende a silenciar processos subjetivos de aprendizagem. Nas relações pessoais, os efeitos dessa lógica também aparecem por meio de vínculos fragilizados, afetos negligenciados e tempo afetivo substituído por obrigações o que impacta diretamente o bem estar.

Para Frankl (2019, p. 118), a saúde mental não reside na ausência de tensões, mas na capacidade de atribuir sentido às tensões inevitáveis da existência: "[...] o que o ser humano realmente precisa não é um estado sem tensão, mas o esforço e a luta por alguma meta que valha a pena [...]". Na esteira desta compreensão, a tensão entre diferentes papéis não precisa ser eliminada, mas

reconhecida e administrada de modo consciente e ético. Isso implica um reposicionamento frente às demandas externas e a criação de espaços para o que é essencial, tais quais, descanso, cuidado, escuta e pertencimento.

A vida profissional na lógica do desempenho

A vida profissional, sobretudo a partir da segunda metade do século XX e com maior intensidade nas décadas de 1980 e 1990, passou por transformações estruturais intensas e profundas. O avanço da ideologia e da globalização, o desenvolvimento das tecnologias da informação e a consolidação do neoliberalismo como lógica hegemônica de organização social alteraram significativamente a forma como o trabalho é concebido, executado e valorizado (Harvey, 2008).

A transição de um modelo fordista (sistema de produção industrial desenvolvido por Henry Ford, 1863-1947), baseado na estabilidade e previsibilidade, para um paradigma flexível, volátil e centrado no desempenho individual, produziu novas configurações de vínculo e sofrimento psíquico. Essas mudanças se materializam, por exemplo, na precarização dos contratos de trabalho, no aumento da informalidade, na ampliação do número de trabalhadores autônomos e na intensificação da cultura da "alta performance" (Antunes, 2018).

Aproximadamente 60% da população economicamente ativa global se encontra em formas de emprego consideradas "vulneráveis", ou seja, sem proteção social, vínculo estável ou jornada regulamentada (International Labour Organization, 2023). A saúde mental deve ser compreendida como componente essencial da saúde integral, demandando políticas públicas que assegurem prevenção, cuidado contínuo e reabilitação psicossocial. O *Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial* reforça a necessidade de integrar os diferentes níveis de atenção em saúde, garantindo suporte às populações em situação de vulnerabilidade e evitando que o sofrimento psíquico seja tratado de forma isolada (Brasil, 2022).

A figura do "colaborador ideal" tornou-se sinônimo de uma pessoa sempre pronta, eficiente e resiliente, mesmo diante de sobrecargas e jornadas laborais exaustivas. Nesse contexto, a performance profissional é elevada ao patamar de motivação central, esvaziando outras dimensões da vida. Han (2020) aprofunda essa realidade ao afirmar que, na sociedade do desempenho, a pessoa se torna

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

empresário de si mesmo, internalizando as cobranças e transformando até o próprio lazer em produtividade. O resultado é um corpo em alerta contínuo e uma mente insatisfeita e em permanente cobrança de eficiência.

O esvaziamento das fronteiras entre trabalho e vida pessoal, potencializado pela digitalização e pelo trabalho remoto, intensifica a sensação de esgotamento. O tempo "livre" é muitas vezes capturado por tarefas pendentes, mensagens fora do expediente e a expectativa de imediata resposta. A desconexão, mais do que um direito, torna-se um desafio ético e institucional, exigindo políticas claras de higiene digital e valorização do descanso como dimensão produtiva da existência contemporânea.

A vida acadêmica e o ideal de excelência

No universo acadêmico, a lógica do desempenho se manifesta de forma igualmente intensa, ainda que revestida por discursos de meritocracia, excelência e autonomia intelectual. A instituição educacional contemporânea, especialmente em países emergentes como o Brasil, pressiona em responder simultaneamente às demandas da produção científica, da formação pedagógica e da extensão comunitária, gerando uma sobrecarga estrutural para docentes e discentes.

Para os estudantes, a experiência universitária torna-se, muitas vezes, um percurso de sobrevivência. Além das exigências curriculares, espera-se engajamento em atividades extracurriculares, iniciação científica, estágios, participação em eventos, e, em muitos casos, conciliação com o trabalho remunerado.

Barros e Peixoto (2022) apontam que os altos números de casos de ansiedade e exaustão na psique entre universitários não são oriundos unicamente de fragilidades pessoais, mas da massificação das pressões das instituições educacionais e da precarização do tempo. A ausência de um espaço institucional que reconheça os limites humanos favorece o adoecimento silencioso de milhares de jovens. Dados indicam que aproximadamente 50% dos estudantes, em instituições públicas, relatam sintomas frequentes de ansiedade, muitos dos quais associados à insegurança financeira, à sobrecarga de atividades e à solidão acadêmica (Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, 2019).

Do lado docente, o cenário não é menos crítico. Professores enfrentam jornadas múltiplas que envolvem lecionar, pesquisar, orientar, participar de bancas examinadoras, elaborar projetos de pesquisa e extensão, avaliar planos de estudos, realizar relatórios *ad hoc*, organizar grupos de pesquisas, entre outros, que, em grande parte das vezes, trabalham com estrutura inadequada para o complexo laborativo exigido ao meio acadêmico. A cobrança por produtividade, medida em número de publicações e *rankings* de impacto, gera uma corrida desenfreada por resultados, que desconsidera os ritmos subjetivos da produção científica. Como assinala Sennett (2012), o ideal do profissional "flexível" migrou para dentro da universidade, criando um modelo de professor que deve estar sempre disponível, atualizado e ser altamente eficaz, mesmo em contextos de desvalorização salarial e esvaziamento de políticas de fomento à pesquisa, segurança e qualidade de vida.

Essa dinâmica tende a invisibilizar as trajetórias acadêmicas diversas, afetando principalmente mulheres, estudantes negros, indígenas, pessoas LGBTQIA+ e todos aqueles que se encontram às margens da sociedade. A meritocracia acadêmica, ao não considerar as desigualdades históricas de acesso e permanência, contribui para perpetuar exclusões. Além disso, a rigidez dos currículos e a falta de acolhimento psicopedagógico aprofundam esse quadro (Carvalho, 2013).

Como ressalta Feijó (2017), é necessário compreender o espaço acadêmico como um sistema relacional e complexo, onde as dimensões subjetivas, emocionais e sociais são tão importantes quanto às cognitivas. O investimento em políticas de apoio estudantil, escuta ativa e flexibilização de trajetórias não deve ser visto como concessão, mas como condição para a produção de conhecimento verdadeiramente crítico e transformador.

Considerações sobre a vida pessoal

A esfera pessoal constitui o alicerce subjetivo da existência humana. Nela que se estruturam os vínculos afetivos, as rotinas cotidianas, os cuidados com o corpo e a saúde emocional. Apesar disso, trata-se de uma dimensão historicamente desvalorizada nos discursos institucionais, como se a pessoa fosse capaz de exercer plenamente suas funções profissionais e acadêmicas

desconsiderando os impactos da vida privada. Essa dissociação, além de artificial, revela uma visão fragmentada do ser humano, incompatível com a complexidade das experiências contemporâneas.

No contexto da modernidade, a vida pessoal passou a ser atravessada por uma lógica produtivista que pode eventualmente invadir os momentos de descanso e convivência. A cultura da hiperconectividade, potencializada pelas redes digitais, contribui para a diluição das fronteiras entre o espaço íntimo e o espaço público. E-mails, mensagens e demandas institucionais ultrapassam o horário comercial, gerando um estado de alerta contínuo, mesmo fora do ambiente de trabalho ou estudo. Para Han (2020), a exigência social justificada pela necessidade de avanço coletivo leva as pessoas a transformarem o tempo de lazer em momento de autoaperfeiçoamento rotineiro.

A sobreposição entre funções sociais e papéis afetivos é ainda mais acentuada no caso de mulheres, que acumulam tarefas domésticas, cuidado com os filhos e familiares, além das exigências profissionais e acadêmicas. Nery e Britto (2023) descrevem sobre essa sobrecarga como condição que merece atenção especial, haja vista que a responsabilidade feminina é exacerbante e silenciosa a ponto de desiquilibrar seus papéis de trabalho, estudante e, muitas vezes, cuidadora, concomitantemente.

Deste modo, o discurso universalizante sobre "gestão do tempo" ou "autonomia pessoal" ignora que nem todas as pessoas dispõem das mesmas condições materiais e afetivas para estabelecer rotinas saudáveis. A responsabilização individual, tão presente nos discursos motivacionais contemporâneos, probabiliza o obscurecer de fatores estruturais que condicionam a vida cotidiana.

No verso desta dinâmica, a esfera pessoal também é compreendida como um território de resistência e reconstrução subjetiva. Ao reivindicar tempo para si, para os afetos e para o descanso, o ser humano contemporâneo rompe com a lógica da exaustão e reafirma sua integridade. Frankl (2019, p. 118), ao discutir a busca por sentido na vida, afirma que a "[...] saúde mental está baseada em certo grau de tensão, tensão entre aquilo que já se alcançou e aquilo que ainda se deveria alcançar, ou o hiato entre o que se é e o que se deveria vir a ser [...]". Nesse sentido, não se trata de eliminar os conflitos entre as esferas, mas de aprender a habitá-los com consciência, limites e estratégias de cuidado.

O autocuidado, longe de ser uma prática individualista ou de consumo, deve ser politizado e ressignificado como um direito e uma responsabilidade coletiva. Criar espaços de escuta, valorizar a presença afetiva e respeitar os tempos internos podem ser formas de construir relações mais éticas, saudáveis e de autovalorização.

Interdependência das esferas, gestão do tempo e o autocuidado

Pensar as esferas da vida como domínios isolados – pessoal, profissional e acadêmico – é uma armadilha conceitual que ignora a realidade vivida pelas pessoas. Na prática, essas dimensões coexistem em estado de permanente interdependência, quando uma delas entra em desequilíbrio, o impacto se torna transversal. O esgotamento físico proveniente do ambiente de trabalho provavelmente prejudica a concentração acadêmica e gera a desorganização da vida pessoal. Já o sofrimento emocional, substancializado por conflitos familiares, pulveriza o desempenho no trabalho e o envolvimento nos estudos. Para Feijó (2017), compreender o ser humano de forma sistêmica exige considerar a simultaneidade e a complexidade das suas inserções sociais.

Nesse contexto, a gestão do tempo, frequentemente apresentada como solução técnica, precisa de ressignificação, ou seja, uma ferramenta ética de resistência, assim, trata-se menos de otimizar tarefas e mais de recuperar o controle sobre a própria existência. Organizar horários, definir prioridades e reconhecer limites é ato político quando confrontam a lógica produtivista dominante. Como pontua Han (2020), a aceleração generalizada do tempo converte até o lazer em obrigação, eliminando espaços de pausa, contemplação e silêncio. A sociedade exigente de desempenho exclui toda possibilidade de cansaço humano e momentos de pausa. As tarefas são inseridas integralmente e as metas são reafirmadas a todo instante a fim de banir qualquer possibilidade de tempo vago.

Dessa forma, qualquer proposta de equilíbrio que se limite à responsabilização individual corre o risco de reforçar o sofrimento psíquico. O discurso da "autogestão plena" – muito presente no mercado de livros de produtividade e nas redes sociais – ignora os limites materiais, emocionais e sociais enfrentados por grande parte da população. Como explicita Nery e Britto (2023), a cultura

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

de normalizar o cuidado humano à tarefa feminina, por exemplo, favorece desigualdades históricas no viés da invisibilidade, além de trabalhar, a mulher estuda, cuida da casa e, ainda, educa os filhos.

Ao considerar o caminho epistêmico proposto, o ideal de equilíbrio não se sustenta diante de estruturas sociais profundamente desiguais. Classe social, gênero, raça e sexualidade são marcadores que atravessam as possibilidades de organização do tempo, acesso ao descanso, estabilidade emocional e até mesmo à existência digna. Nesse sentido, a gestão do tempo não pode ser pensada isoladamente por políticas públicas e ações institucionais. Sem acesso à educação de qualidade, redes de apoio e condições mínimas de vida, o discurso da autodisciplina se transforma em mais um instrumento de culpa.

Contudo, reconhecer a limitação das estratégias individuais de equilíbrio não significa desprezá-las, mas reinscrevê-las em uma ética do cuidado que seja, ao mesmo tempo, pessoal e coletiva. O autocuidado, quando politizado, torna-se prática de resistência à lógica da exaustão. Reservar tempo para o descanso, valorizar vínculos afetivos, preservar a saúde física e mental, e dizer "não" às imposições abusivas são formas de afirmar a integridade do corpo e da subjetividade.

Frankl (2019), ao discutir o sentido da vida, afirma que o sofrimento humano se transforma quando se encontra um significado possível, pois considera que entre os acontecimentos diários da vida humana, há sempre um tempo despendido. E, no meio desse tempo, há necessidade latente que estimula o crescimento e a liberdade.

Esse "espaço" mencionado é o que falta na lógica atual da produtividade, como, tempo para refletir, sentir e reorganizar. Por isso, construir condições reais de equilíbrio entre as esferas da vida exige mais do que vontade individual. É necessário engendrar mudanças institucionais que incluam políticas de escuta, descanso, pertencimento, reconhecimento da diversidade de trajetórias e valorização da subjetividade cronológica.

Na prática, isso significa em reconfiguração do cotidiano em diferentes níveis, (1) nas instituições de ensino superior, por meio da flexibilização curricular, acolhimento psicopedagógico e apoio estudantil efetivo, (2) nas organizações, dimensionando horários adaptáveis, direito à desconexão e ambientes de escuta

e (3) nos lares, ao considerar partilha de tarefas, valorização da convivência e combate às sobrecargas de gênero.

Como afirmam Fischer, Burda e Rosanelli (2022), o autocuidado precisa ser compreendido como prática ética e coletiva, especialmente em contextos em que a produtividade é usada como medida exclusiva de valor. Assim, optar pela construção de rotinas que respeitem os limites humanos é, portanto, um compromisso ético com a dignidade da vida.

Sentido, pertencimento e a (re)construção do equilíbrio

A ideia de equilíbrio, embora amplamente difundida no vocabulário cotidiano, é frequentemente tratada de forma simplista comparado ao estado ideal, permanente e universal de forma acessível por meio de esforço individual. Contudo, esta concepção desconsidera a natureza dinâmica e situada das experiências humanas. O equilíbrio entre as esferas da vida não é um ponto de chegada, mas um processo exigente de constante renegociação, adaptação e abertura para o imprevisto.

Frankl (2019), ao abordar o sentido da vida, evidencia que o ser humano só pode suportar a dor e o desequilíbrio quando encontra um significado transcendente ao sofrimento. Nas palavras do autor, a busca de sentido é a principal motivação da vida do ser humano. Mesmo diante do sofrimento inevitável, a existência é remissível quando há um propósito claro.

Essa perspectiva convida à reflexão sobre o papel do pertencimento, da identidade e do reconhecimento nas esferas da vida. Não se trata apenas de administrar tarefas ou "equilibrar pratos", mas de construir uma narrativa existencial coerente com os valores e os afetos que sustentam cada pessoa. Sentir-se pertencente a um coletivo, a uma rede de apoio ou a um projeto de vida é fundamental para que o tempo vivido ganhe densidade simbólica e não seja reduzido a metas, prazos ou desempenhos.

A experiência do equilíbrio, nesse sentido, está profundamente enraizada na qualidade das relações estabelecidas com os outros e consigo próprio. Quando se está inserido em ambientes reconhecedores da complexidade humana, a diversidade das trajetórias e a legitimidade das pausas torna-se possível o desenvolvimento de rotinas mais saudáveis, éticas e sustentáveis.

O equilíbrio deve ser compreendido como um movimento entre diferentes polaridades, entre a produção e o descanso, entre o silêncio e o diálogo e, entre o cuidado com o outro e consigo próprio. Desta forma, o equilíbrio, como condição ética de autocuidado, não pode ser consagrado como ausência de conflito, mas pela práxis de negociação rotineira. O tempo, quando utilizado de forma consciente, torna-se especial a ponto de ser produtivo e não apenas ocioso (Fischer; Burda; Rosanelli, 2022).

Nesse contexto, as instituições – sejam acadêmicas, profissionais ou familiares – possuem um papel decisivo na criação de ambientes de pertencimento. Práticas que promovam escuta ativa, o reconhecimento das subjetividades e a partilha das responsabilidades não são apenas estratégias de bem-estar, mas formas assertivas de reconfigurar a cultura organizacional e social em direção ao respeito e a ética com o ser humano.

Por fim, ao reconhecer que o equilíbrio é uma construção coletiva e relacional permite deslocar a culpa de uma pessoa e abrir espaço para a solidariedade, a empatia e o fortalecimento das redes de cuidado. Esse deslocamento é essencial para que o equilíbrio deixe de ser uma utopia solitária e se efetive em um compromisso partilhado por pessoas, instituições e políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de reflexões e discussão com literatura conveniente, suscitou-se que a noção de equilíbrio entre esferas da vida está longe de ser uma condição dada ou facilmente alcançável. Trata-se, antes, de um processo relacional, situado e flutuante, marcado por tensões, desigualdades e disputas simbólicas, o que sinaliza positivamente ao alcance do objetivo proposto.

Ao longo do estudo, demonstrou-se que o desequilíbrio contemporâneo da sociedade não decorre apenas de falhas individuais, mas de uma estrutura social que naturaliza a sobrecarga, invisibiliza o sofrimento e valoriza o desempenho em detrimento da dignidade. No ambiente de trabalho, a flexibilização precária das relações laborais e a cultura da alta performance impõem jornadas exaustivas e diluição dos limites pessoais.

Na esfera acadêmica, a lógica da excelência, aliada à ausência de políticas efetivas de permanência, transforma a experiência formativa em um território

de esgotamento físico e emocional. Já na vida pessoal, sobrecargas afetivas, responsabilidades invisibilizadas, sobretudo para mulheres, e a hiperconectividade tornam o descanso um privilégio e o tempo livre, uma exceção.

Apesar desse cenário alarmante, clarifica-se que há caminhos possíveis para reconfigurar à relação com o tempo e com as demandas cotidianas. Propostas como a adoção de políticas institucionais de escuta, flexibilização de currículos e horários, o direito à desconexão, o fortalecimento das redes de apoio e a valorização de práticas de autocuidado como formas de resistência são estratégias viáveis, desde que sejam enraizadas em uma cultura coletiva, sensível à diversidade das trajetórias e ao combate às desigualdades estruturais.

Ressaltam-se que soluções exclusivamente técnicas ou individualizadas não são suficientes. O equilíbrio entre as esferas da vida deve ser compreendido como um direito humano, um compromisso ético e uma responsabilidade compartilhada. Nesse sentido, políticas públicas voltadas à saúde mental, à educação inclusiva e ao trabalho digno são essenciais para garantir as condições mínimas e dignas de existência equilibrada.

Enfatiza-se que no âmbito acadêmico, práticas voltadas ao avanço no acolhimento psicopedagógico, bem como produções científicas reflexivas que valorizem a qualidade e menos a quantidade devem se tornar compromissos rotineiros. No contexto profissional, o incentivo a modelos de gestão menos hierárquicos, a criação de ambientes colaborativos e a revisão das métricas de produtividade – priorizando indicadores qualitativos, como engajamento, inovação e bem-estar – tendem à redefinição dos parâmetros de sucesso. Já nas relações familiares e afetivas, o equilíbrio passa pelo diálogo, pela partilha das responsabilidades e pelo reconhecimento do tempo como espaço de cuidado, presença e afeto.

Por fim, o presente estudo convida à mudança de pensamento do foco individualizante para uma compreensão relacional e coletiva. Equilibrar as esferas da vida não é apenas um exercício de autogestão, mas afirmação política de que o bem-estar não pode ser privilégio de poucos, mas direito de todos. Trata-se de defender a vida para além da produtividade, ao reconhecer que o cansaço não é fracasso, o descanso é inteiramente legítimo e que a dignidade humana seja o centro das escolhas sociais. Ampliar estudos que envolvam a temática

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

das esferas da vida humana é fundamental para se solucionar a atual e vigente problemática de equilíbrio comprometido que a sociedade está acometida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo Técnico da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/instrutivo_tecnico_raps_sus.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e diversidade no acesso à educação superior: desafios e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 1.105-1.126, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/nTn98Ch9xWZdqbcSFwXkykw/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 ago. 2025.

FEIJÓ, Maria Regina. Pensamento sistêmico e complexo aplicado às organizações e à gestão de pessoas. *In*: CAMPOS, Dinael Corrêa (org.). **Atuando em psicologia do trabalho, psicologia organizacional e recursos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Gen/LTC, 2017. p. 226-230.

FISCHER, Marta Luciane; BURDA, Tuany Anna Maciel; ROSANELI, Caroline Filla. O autocuidado para saúde global: um compromisso ético com a coletividade. **Holos**, Natal, ano 38, v. 4, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12844/3521. Acesso em: 20 ago. 2025.

FRANKL, Viktor Emil. **Em busca de sentido**: um psicólogo no campo de concentração. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adaii Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. Paulo: Loyola, 2008. Disponível em: https://archive.org/details/DavidHarveyCondicaoPosModerna/page/n1/mode/2up?view=theater. Acesso em: 20 ago. 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION**. World employment and social outlook**: trends 2023. Geneva, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40inst/documents/publication/wcms_865332.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

NERY, Carmen; BRITTO, Vinícius. **Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Rio de Janeiro: Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 20 ago. 2025.

OBSERVATÓRIO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, DF: Andifes 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders**: global health estimates. Geneva, 2017. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 ago. 2025.

03

DENSIFICACIÓN URBANA COMO ESTRATEGIA SUSTENTABLE PARA MITIGAR LA DISPERSIÓN URBANA

José Luis Caballero Montes
Instituto Politécnico Nacional-CIIDIR Unidad Oaxaca, México

Edberg Daniel Martínez Jiménez
Universidad Autonóma Benito Juárez de Oaxaca, México

10.37885/251020381

RESUMEN

La problemática urbana en las ciudades ha impulsado la búsqueda de soluciones alternativas para disminuir los impactos negativos generados por su crecimiento. Ante está situación, la densificación urbana surge como propuesta de política pública, como una solución al problema de dispersión de las ciudades. La metodología empleada en este trabajo consideró los enfoques teóricos heurístico y hermenéutico del estado del arte del concepto densificación urbana. De la información recolectada se hace un análisis comparativo entre las ventajas del modelo de ciudad compacta (MCC) en contraposición del modelo de ciudad difusa (MCD) a partir de las dimensiones de la sustentabilidad. Se encontró que el adoptar el MCC tiene ventajas en la dimensión económica como el ahorro de materia y energía, buena infraestructura de trasporte y servicios, y movilidad peatonal y sostenible. En el aspecto social, igualdad, mayor cohesión y tejido social, mejora de apropiación, arraigo y pertenencia. En términos ambientales destacan la protección de áreas naturales, reducción de la contaminación ambiental, ahorro energético y uso racional de los recursos naturales. Lo anterior, refleja que el MCC atiende los lineamientos de la densificación urbana, ya que se muestra como una solución sustentable al deterioro causado por el crecimiento actual de las metrópolis.

Palabras-clave: Ciudad compacta; ciudad dispersa: modelos de ciudad; sustentabilidad.

INTRODUCCIÓN

Actualmente el crecimiento desordenado de nuestras ciudades ha impactado de forma negativa al desarrollo económico de una gran cantidad de países alrededor del mundo, así como a la estructura social actual y sobre todo al sistema medioambiental debido a la contaminación y el uso irracional de los recursos naturales. Casi todas las ciudades del globo terraqueo están experimentando los mismos problemas de crecimiento. Lo anterior obliga a profundizar en soluciones y retos en el ámbito de la urbanización de tal forma que se logre establecer un equilibrio entre los factores ambiental, social y económico, no solo con la finalidad de lograr el desarrollo sustentable, sino para mejor aún impactar en la calidad de vida de las personas que habitan tanto en zonas urbanas como rurales.

Hoy en día más de la mitad de la población en el mundo se considera urbana, y por tanto mucho del desarrollo de la sociedad en el futuro estará basado en la construcción de nuevas ciudades. En el 2010 más de la mitad de la población en el mundo era urbana, y se prevé que para el 2050, más del 70% vivirá en las ciudades (NILSSON *et al.*, 2014). Si bien, la urbanización ofrece ventajas económicas y sociales, a su vez há implicado una mayor exigencia ambiental y patrones dispares de consolidación (MONROY, 2011), lo que ha ocasionado un mayor consumo de energía y altos niveles de contaminación ambiental, es por ello que se há realizado la búsqueda de alternativas que garanticen que la urbe trascienda en una mejor forma y funcionalidad de los modelos anteriores con la finalidad de equilibrar costos energéticos así como lograr generar una menor huella ecológica.

Ante este esfuerzo en avanzar en la construcción de la sostenibilidad ambiental desde la perspectiva urbana, surge la densificación urbana como un conjunto de procesos por el que las ciudades buscan ser más compactas, eficientes, equitativas y sustentables, a su vez su estudio constituye una importante herramienta para evitar el crecimiento innecesario de las ciudades, aplicando para ello un enfoque que atienda varios frentes (HERMIDA *et al.*, 2014). Uno de ellos es tiene que ver con el desarrollo sostenible, el cual permite afrontar de manera integrada los desafíos vigentes generados por las actividades antrópicas y retos existentes planteados por los problemas medioambientales abordados

desde las dimensiones económica, ambiental y social. Bajo este enfoque se identifica el modelo de ciudad compacta (MCC) que permite una disminución de impactos como aquellos que tienen que ver con la contaminación generada por los residuos sólidos urbanos, emisiones contaminantes a la atmosfera, y las aguas residuales producidas por las actividades humanas.

El MCC reduce el consumo energético, genera inversiones y una mayor infraestructura pública, además de que promueve el uso racional de la tierra conservando las áreas protegidas y reservas para el cultivo agrícola y en general de las áreas naturales. Por otra parte, la ciudad compacta está asociada positivamente con la diversidad social y el desarrollo cultural y económico. Sin embargo, hay investigadores quienes argumentan que este modelo no da evidencia a los reclamos de la población y no refleja la dura realidad de las demandas económicas, la sustentabilidad ambiental y las expectativas sociales. Ante dos posturas críticas de la conveniencia o no de seguir el MCC se debe reflexionar que la urbanización global de los territorios es un fenómeno ecológico humano importante hoy en día, y cuyos impactos ambientales poseen niveles locales, regionales y mundiales (ALFIE Y SALINAS, 2017). El diseño urbano en las ciudades, deberá basarse en la comprensión de los nuevos fenómenos como las relaciones físicas que suceden en una ciudad (CALIXTO, 2010) con la finalidad de promover el desarrollo sostenible y mejorar la distribución de la población.

Marco teórico

La densificación urbana, se define como un conjunto de procesos por el que las ciudades buscan ser más compactas, eficientes, equitativas y sustentables, a su vez su estudio constituye una importante herramienta para evitar el crecimiento innecesario de las ciudades, aplicando para ello un enfoque que atienda varios frentes (HERMIDA *et al.*, 2014). En lugar de expandir su crecimiento de forma horizontal, la ciudad crece en su interior no solamente de manera vertical, sino también reutilizando espacios abandonados o subutilizados dándoles un mayor y mejor uso.

Para el término de densificación urbana se usa el sinónimo de "ciudad compacta" para describir una ciudad densa, donde no solamente la densidad es alta, sino también los servicios, comercios, e infraestructura tienen una

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

mayor capacidad, para así generar un equilibrio integral sustentable (NILSSON *et al.*, 2014).

Figura 1 - Modelo de ciudad compacta.

Fuente: Distrito Armida-GM Capital.

METODOLOGÍA

La metodología empleada para este trabajo se basó en los enfoques teóricos heurístico y hermenéutico del estado del arte sobre el concepto densificación urbana considerando las etapas de iniciación, exploración, recolección de información, selección de la misma y su interpretación. En la primera etapa se identificaron journals y revistas especializadas en bases de datos como Web of Science, Scopus y Resarch Gate en el área de urbanismo y se seleccionaron artículos que abordaran como tema central el de la densificación urbana y los modelos de ciudad compacta, ciudad dispersa o difusa comprendidas en el período 2009 al 2020, posteriormente se seleccionó y clasificó la información para finalmente realizar el análisis de la información tomando como criterio las ventajas que tiene el MCC en comparativa con las desventajas del MCD considerando los tres ejes de la sustentabilidad (económico, social y ambiental) reportando los resultados relevantes en tablas resumen con las posturas críticas de los autores revisados.

RESULTADOS

Se enlistan los resultados encontrados reportando en primer término las desventajas que los autores revisados señalan sobre el MCD, agrupándolas a partir de las dimensiones de la sustentabilidad. Posteriormente se describen las ventajas que representa el MCC bajo el mismo análisis que se dio al MCD.

Tabla 1 - Desventajas identificadas em la dimensión económica del MCD.

Problemáticas	Autores
Carencia de servicios básicos que demandan las zonas alejadas de los centros urbanos.	Martner, 2016; Hermida et al., 2014
Altos costos para el control de la contaminación armosférica.	Hermida et al., 2014; Molini et al., 2014
Pérdidas económicas para disposición final de los resíduos sólidos urbanos.	Sáez y Urdaneta, 2014
Despilfarro energético y requerimentos de recursos para dotar de servicios a uma población desconcentrada.	Chavoya et al., 2009
Deterioro de las fuentes de energía fósiles, no renovables com necesidad de búsqueda de alternativas limpias y renovables.	Mawromatis, 2013
Requerimientos de desarrollo tecnológico y social lo cual abre uma brecha entre dos sectores: el mundo desarrollado (rico) y el mundo en desarrollo (pobre).	Martínez, 2010
Importantes inersiones económicas para la modernización de las urbes.	Martner, 2016; Chavoya et al., 2009
Elevados costos para conectar regiones comerciales.	Martner, 2016
Saturación de servicios de infraestructura urbana e ineficiências del sector salud.	Díaz, 2015
Surgimiento de industrias dispersas	Mawromatis, 2013; Chavoya, 2009
Aumento em Inversiones mobiliarias	Sanabria et al., 2017; Mawromatis, 2013
Tiende a homogeneizar el território a través de unidades monofuncionales compactas para maximizar el acceso a sus centros de negócios.	Sanabria et al., 2017
Se basa en el desarollo de las comunicaciones y tecnologias que permiten economias deslocalizadas y um estilo de vida afín al sueño americano.	Sanabria et al., 2017
Accesibilidad condicionada	Marengo et al., 2012

Fuente: Elaboración propia a partir de autores citados.

Las desventajas en la dimensión económica del MCD que argumentan los autores revisados van desde la carencia e incapacidad para dotar de servicios básicos a sectores vulnerables o dispersos en áreas urbanas y rurales, pasando por altos costos para abatir problemas ambientales, consumos energéticos excesivos, y de recursos no renovables que impacta en la economía de los países.

En la dimensión social se identificaron las siguientes desventajas que se generan en el MCD **(**Tabla 2) de acuerdo a los autores revisados.

Tabla 2 - Desventajas identificadas em el aspecto social del MCD.

Problemáticas	Autores
Grandes desigualdades Sociales	Sanabria et al., 2017
Serios problemas de desjerarquización de los sistemas de asentamientos	Constanza, 2009
Baja inclusión social, deterioro del entorno y agudización de la exclusión social y expulsión de poblaciones de altos ingresos a zonas suburbanas o rurales.	Pérez et al., 2017
Reducción de la comunicación, la regulación y el intercambio, con lo que perde la calidad el espacio público que ganan los sítios privados.	Benjamin, 2017: Sanabria et al., 2017
Los riesgos en la salud ya que se desalienta la caminata y otras actividades físicas.	Sanabria et al., 2017
Segregación	Sanabria et al., 2017; Chavoya et al., 2009
Polarización	Sanabria et al., 2017; Álvarez, 2010; Carmona 2011
Desigualdad em el acceso a la movilidad	Hermida et al., 2014
Los niños no desarrollan un sentido de comunidade y empatía con sus vecinos o habitantes de otros barrios, percibiendolos con desconfianza e, inclusive con desprecio.	Hermida et al., 2014; Mier at al., 2012
Elevados niveles de pobreza urbana en diferentes zonas.	Marengo y Monayar, 2012
Alta vulnerabilidad social.	Chavoya et al., 2009
Bajas condiciones de vida de los habitantes.	Hermida et al., 2014; Molini y Salgado, 2012; Chavoya et al., 2009
Altos índices de violência.	Chavoya et al., 2009
Alta segregación social.	Sanabria et al., 2017; Chavoya et al., 2009

Fuente: Elaboración propia a partir de los autores citados.

De las desventajas señaladas del MCD de índole social destacan aquellas que tienen que ver con la desigualdad, la segregación socioeconómica y la creación de ciudades divididas. Por otra parte, los residentes de menor ingreso se ven desplazados hacia zonas cada vez más lejanas y las autoridades locales tienen dificultad para proporcionar infraestructura a los asentamientos irregulares que emergen a lo largo de las periferias urbanas con viviendas que carecen de mínimas condiciones de habitabilidad con un impacto en la calidad de vida de las personas.

En relación al componente ambiental en el MCD se identificaron las siguientes desventajas (Tabla 3).

Tabla 3 - Desventajas identificadas en la dimensión ambiental del MCD.

Problemáticas	Autores
Ocupación indiscriminada de grandes lotes en suelo rural.	Martner, 2016; Betancor, 2015; Mera y Santacruz, 2012
Alta dependência del automovil en los desplazamientos masivos diarios.	Sanabria et al., 2017
Baja reutilización de los recursos generados.	Molini y Salgado, 2012; Chavoya et al., 2009
Huella ecológica alta.	Quintero y Gómez, 2012
Perdida del suelo natural causada por su uso excesivo em las periferias.	Hermida et al., 2014; Molini y Salgado, 2012
Distorsión del ciclo hídrico.	Hermida et al., 2014
Afectación a los valores paisajísticos.	Chavoya et al., 2009
Contaminación del agua.	Pradilla, 2014; Chavoya et al., 2009
Elevada contaminación del suelo.	Pradilla, 2014
Baja valoración de lo natural.	Sanabria et al., 2017
Mayor ocupación de espacios para construir nuevas carreteras.	Quintero y Gómez, 2012
Zonificación y especialización de las zonas urbanas.	Quintero y Gómez, 2012; Chavoya et al., 2011
Consumo despreocupado de los recursos del médio ambiente.	Echeñique et al., 2016; Quintero y Gómez, 2012
Superación de los limites de carga sin pensar em planes de reciclaje y utilización de los mismos.	Quintero y Gómez, 2012

Fuente: Elaboración propia a partir de los autores citados.

La baja sustentabilidad identificada en la dimensión ambiental en el MCD ha tenido efectos adversos en cuanto a degradación del suelo, aumento en la contaminación del aire y producción de residuos sólidos y líquidos contaminantes en grandes cantidades. Lo anterior, es el reflejo de no contar con planes de sensibilización, prevención o correctivos que impacten en la disminución de malas prácticas en el consumo y manejo de los recursos del medio ambiente.

Por otra parte, se identificó en la revisión de la literatura un importante número de referentes que están a favor del MCC quienes resaltan los beneficios de este modelo de ciudad acorde al concepto de densificación urbana. En las Tablas 4, 5 y 6 se indican las ventajas que los autores revisados señalan, clasificando estas bajo las dimensiones del enfoque de sustentabilidad.

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

Tabla 4 - Ventajas identificadas en la dimensión económica del MCC.

Beneficios	Autores
Se basa en la proximidad para ahorrar matéria y energía.	Argueta, 2017; Sanabria et al., 2017
Se reducen las distancias a los servicios urbanos.	Molini, 2012; Martínez, 2010
Buena infraestructura de transporte y servicios acordes con el número de habitantes de um lugar.	Echeñique et al., 2016; Orellana et al., 2010
Es menos costosa la inversión em uma cobertura fina de transporte público en um território compacto que en un área urbana extensa.	Castro, 2014: Chavoya et al., 2009
Transporte público adecuado genera uma dependência menor al automovil individual, la reducción del consumo de energía, menor emisiones tóxicas em el aire.	Chavoya et al., 2009
Aumenta la calidad de vida	Chavoya et al., 2009
Mayor facilidade para la dotación de servicios públicos.	Sanabria y Ramírez, 2017; Mera y Santa Cruz., 2012; Chavoya et al., 2009
Menor ocupación de espacios urbanos para la movilidad rodada.	Quintero y Gómez, 2012; Chavoya, et al., 2009
Menores distancias entre servicios y equipamentos, lo que favorece la movilidad peatonal sostenible.	Molini y Salgado, 2012
Mercados más dinámicos y oportunidades para las empresas	Almanza, 2020; Jiménez, 2019

Fuente: Elaboración propia a partir de los autores citados.

En este sentido y en el marco de los Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS) y de la Organización de las Naciones Unidas propone la economía verde como uno de los instrumentos más importantes para la erradicación de la pobreza, "...el crecimiento económico sostenible, aumentando la inclusión social, mejorando el bienestar humano y creando oportunidades de empleo y trabajo decente para todos, manteniendo al mismo tiempo el funcionamiento saludable de los ecosistemas de la Tierra" (ONU, 2017).

En la Tabla 5 se señalan ventajas del MCC en el ámbito social que sugieren la necessidad de que los gobiernos formulen políticas o planes de densificación que giren en torno a la equidad social, así como a las necesidades de la población, para evitar la generación de mayores problemas de segregación socioeconómica o de índole psicosocial.

Tabla 5 - Ventajas identificadas em el aspecto social del MCC.

Beneficios	Autores
Mayor intercambio y diversidade social.	Quintero y Gómez, 2012; Quiroz y Miranda, 2012
Distribución igualitária del servicio.	Quintero y Gómez, 2012; Chavoya, 2009
Mayor intercambio y diversidade social.	Quintero y Gómez, 2012
Distribucción equitativa de servicios y equipamentos.	Chavoya et al., 2009
Igualdad social.	Echeñique et al., 2016; Chavoya et al., 2009
Red de espacios públicos estructurados de la trama urbana.	Chavoya et al., 2009
Mayor oferta de zonas verdes y espacios públicos abiertos para el disfrute em pro de la calidad de vida de los habitantes.	Quintero y Gómez, 2012
Aumento em los niveles de intercambio social.	Sanabria et al., 2017; Quintero y Gómez, 2012
Mejor cohesión social	Marmolejo y Cerda, 2017; Alarcón, 2020
Mejoramiento de la calidad de vida, ambiente urbano más saludable y caminable	Chavoya et al., 2009; Sanabria y Ramírez, 2017; Alarcon, 2020
Mejora de la conectividad	Hermida et al., 2014
Mejora de apropiación, arraigo y pertinência.	Alva et al., 2017; Chavoya et al., 2017; Alarcón, 2020

Fuente: Elaboración propia a partir de los autores citados.

Las ciudades compactas pueden ayudar a integrar a los diversos segmentos de población para crear una sociedad más equitativa y cohesiva. A fin de integrar las ventajas de la equidad social, las políticas de densificación deben proporcionar una variedad de opciones para el mejoramiento de la calidad de vida para las personas de los diferentes niveles de ingreso. Como resultado, se generará una integración de los diversos sectores de la sociedad, proporcionándoles infraestructura, viviendas adecuadas y equipamiento con lo que se fomentará la apropiación, arraigo y pertenencia, aunado a un reforzamiento del tejido social.

La densificación del MCC puede incidir a integrar a los variados segmentos de población para crear sociedades más equitativas y cohesivas ya que, una de las principales problemáticas urbanas es la segregación social. Por lo general la

mayoría de personas de bajos o muy bajos ingresos viven en asentamientos en la periferia en áreas periurbanas carentes de servicios básicos e infraestructura adecuada. En lo que respecta a los costos de las propriedades en la ciudad, los precios segregan a la población de bajos ingresos que no tienen la capacidad económica para poder acceder a una vivenda propia.

Con respecto a ventajas ambientales que se les atribuyen a las ciudades compactas en la Tabla 6 se describen la percepción de los autores revisados.

Tabla 6 - Ventajas identificadas en la dimensión ambiental en el MCC.

Beneficios	Autores
Disminución de cambio de uso de suelo por construcción.	Hermida et al., 2014; Molini y Salgado, 2012; Chavoya et al., 2009
Puede permitir uma mayor protección de las áreas naturales metropolitanas.	Sanabria y Ramírez, 2017; Hermida et al., 2014; Chavoya et al., 2009
El modelo compacto de ciudad permite preservar las áreas agrícolas productivas alrededor de las metropolís.	Chavoya et al., 2009
Menor congestión y reducción en los niveles de contaminación ambiental.	Alfie y Salinas, 2017: Molini y Salgado, 2012
Tendencia hacia la sostenibilidad urbana	Quintero y Gómez, 2012; Chavoya et al., 2009
Mayor cultura ambiental.	Henríquez, 2014
Mejor ahorro de energía.	Chavoya et al., 2009; Bin Sulaiman, 2023.
Mejor uso del agua.	Chavoya et al., 2009
Menores emisiones a la atmosfera en el uso de vehiculos.	Romero et al., 2009; ONU-HABITAT 2021.
Menor afectación a los valores paisajísticos.	Hermida et al., 2014

Fuente: Elaboración propia a partir de los autores citados.

El MCC coadyuva en una disminución de cambio de uso de suelo por construcción que origina una mayor protección de las áreas naturales en zonas urbanas. La densificación en el rubro ambiental aborda aspectos como la movilidad urbana que da como consecuencia el aumentar la proximidad de las personas, los servicios y los empleos. Los largos trayectos se reducen en tiempos, costos y contaminación. Las ciudades más densas permiten menores emisiones a la atmósfera en el uso de vehículos ya que permiten que los habitantes utilicen otros tipos de transporte no motorizado, como las bicicletas

y caminar. Como resultado de ello, las emisiones de combustibles fósiles se disminuyen considerablemente, incrementando a la vez la calidad del entorno urbano (SANABRIA *et al.*, 2017).

Por otra parte, al contener las ciudades y detener su expansión, la densificación urbana evita que nuevas tierras, agua y aire se contaminen. Se puede considerar que la densificación conlleva un mejor uso de recursos naturales que se refleja en una mayor eficiencia en los servicios de agua y electricidad. Esto genera menos desperdicio y menos consumo de energía, por lo que se requiere menor producción y menor contaminación. Al concentrar la población, se crean sistemas más eficientes para el manejo, reciclaje y tratamiento de los residuos sólidos y líquidos (URRIZA Y GARRIZ, 2014).

DISCUSIÓN

Recapitulando el análisis comparativo, el modelo de la ciudad compacta (MCC) es el que más se aproxima a la convivencia y la sostenibilidad, porque fomenta un mejor uso del suelo, una debida cobertura de las infraestructuras, la conservación ambiental, el espacio público y la calidad de vida como lo señala RUEDA (2005) citado en ALARCON (2020). Este autor señala que son cinco los ejes que caracterizan y diferencian a cada modelo de ciudad a partir de analizar y confrontar las variables de la convivencia y la sostenibilidad (Figura 2).

Figura 2 - Ejes de la ciudad compacta y la ciudad difusa.

Fuente: Adaptada de ALARCON (2020).

Los ejes de la ciudad compacta no solo crean condiciones que proporcionan y estimulan espacios idóneos para la convivencia humana, sino que también generan la productividad urbana, la inclusión social y la sostenibilidad medioambiental, que son las dimensiones que posibilitan la sostenibilidad en la ciudad (ALARCON, 2020).

La densificación urbana como estrategia sustentable para mitigar la dispersión urbana tiene ventajas claras sobre el MCD dispersa desde las tres dimensiones de la sustentabilidad: ambiental, social y económica. En la dimensión ambiental, el MCC promueve una mayor eficiencia en el uso del suelo, evitando la expansión descontrolada que consume grandes extensiones de terreno y afecta ecosistemas naturales. Esta concentración urbana permite una reducción notable en el uso de los automoviles, fomentando modos de transporte alternativos y sostenibles como caminar, la bicicleta y el transporte público, lo que disminuye las emisiones contaminantes y mejora la calidad del aire (JIMÉNEZ, 2019; ONU-HABITAT, 2021). Además, la densificación contribuye a un menor consumo de energía asociado con infraestructura dispersa y menos emisiones de gases de efecto invernadero (BIN SULAIMAN, 2023).

En cuanto a la dimensión social, las ciudades compactas facilitan la proximidad geográfica entre los habitantes y los servicios, lo que favorece la interacción social, el sentido de comunidad y la equidad. La alta densidad urbana posibilita espacios públicos y tiempos de desplazamiento más cortos, estimulando la cohesión social y el arraigo territorial, además de promover un ambiente urbano más saludable y caminable (ALARCÓN, 2020). Este modelo es inclusivo porque integra diferentes segmentos poblacionales por medio de la diversidad de usos mixtos y la accesibilidad, mientras que la ciudad dispersa tiende a fragmentar el territorio y a generar segregación social por la dependencia de vehículos y la exclusión espacial.

Desde la perspectiva económica, la densificación urbana permite una mayor productividad y eficiencia en el uso de infraestructura, reducción en costos de transporte y energía, y fomenta el desarrollo económico local mediante la concentración de actividades comerciales y servicios. Las economías de aglomeración que resultan de la ciudad compacta generan mercados más dinámicos y oportunidades para las empresas al aprovechar sinergias y reducir costos operativos (ALMANZA, 2020; JIMÉNEZ, 2019). Así, este modelo demuestra ser más

sostenible no solo en términos de impacto ambiental, sino también generando beneficios sociales y económicos que potencian la calidad de vida urbana en contraste con el modelo disperso, que implica altos costos de infraestructura, aislamiento y contaminación.

CONCLUSIONES

Existen múltiples estudios empíricos que han demostrado la existencia de ventajas, pero también de desventajas que la densificación urbana puede traer para los gobiernos, los ciudadanos, las empresas y el medio ambiente. El desafío es invertir en la densificación de manera inteligente. Las autoridades deben tener claras las metas de sus proyectos de densificación y sus efectos potenciales, tanto positivos como negativos de tal forma que transformen el patrón de crecimiento urbano por uno que haga uso intensificado de la tierra urbana ya existente. La densificación puede ser una herramienta valiosa para planear ciudades, pero para que sea efectiva depende que su diseño e implementación tengan un enfoque sostenible que impacte en el bienestar de la ciudad y sus habitantes. Para materializar las ventajas y evitar las desventajas de la densificación, los gobernantes deben ajustar sus estrategias a cada contexto local.

Como alternativa de solución, la densificación urbana puede construir ciudades compactas, sustentables, productivas y justas, pero, si está mal diseñada y/o implementada, esta misma estrategia de densificación puede resultar en ciudades hacinadas, contaminadas y segregadas, resultando entonces el mismo problema que pretendía combatir. La densificación por tanto debe dar soluciones a la medida en un contexto particular, ya que tiene impactos distintos dependiendo del espacio físico, social y económico en que se aplica. Para que funcione, tiene que satisfacer una serie de condiciones clave, que le permitan lograr sus potenciales beneficios en términos de movilidad, uso de tierra más eficiente, mayor sustentabilidad ambiental, mayor igualdad social y mayores oportunidades económicas.

Se reconoce que la densificación urbana es una solución alternativa al deterioro causado por el crecimiento desmedido de las urbes ya que involucra procesos por el que las ciudades buscan ser más compactas, eficientes, equitativas y sustentables. Sin embargo, la densificación por sí sola no es la solución a

todos los problemas existentes del desarrollo urbano. Como cualquier estrategia gubernamental, depende de una buena planeación estratégica y de largo plazo además de un diseño, implementación y monitoreo constante.

REFERENCIAS

ALFIE, M., y Salinas, O. (2017). Ruido en la ciudad. Contaminación auditiva y ciudad caminable. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 32 (1), 65-96.

ALVA, B., Narváez, F., y Martínez, A. L. (2017). Diseño urbano centrado en la persona Una propuesta para enfrentar los retos urbanos en América Latina. *PLANEO*, 1 (64), 2-11.

ALARCÓN, J. A. (2020). La ciudad compacta y la ciudad dispersa: Un enfoque comparativo. *Revista San Gregorio*, (39), 1-14. https://doi.org/10.36097/rsan.v1i39.871.

ALMANZA, J. L. (2020, mayo 11). Ventajas de la densidad urbana. *Orange City Blog*.

ÁLVAREZ, G. B. (2010). El crecimiento urbano y estructura urbana en las ciudades medias mexicanas. *Quivera*, 12 (2), 94-114.

ARGUETA, J. L. (2017). La permeabilidad y movilidad peatonal en los fraccionamientos cerrados de interés social. Villas de la Hacienda, Municipio Tlajomulco de Zúñiga, Jalisco, México. *Transporte y Territorio*, 1 (17), 145-171.

BENJAMÍN, F. (2017). Henri Lefebvre and the Spanish Urban Experience: Reading the Mobile city, United Kingdom. Pensilvania, Estados Unidos de America, Lewisburg.

BETANCUR, E. (2015). Ordenamiento del Suelo Rural y Planificación de Nuevas Formas de Ocupación (Tesis de maestría). Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.

CALIXTO, R. (2010). Educación popular ambiental. *Trayectorias*, 12 (30), 24-39.

CARMONA, L. E. y Álvarez, D. C. (2011). La Región como expresión geográfica de las metrópolis colombianas. *Bdigital*, 19 (19), 99-109.

CASTRO, L. J. (2014). Hacia un sistema de movilidad urbana integral y sustentable en la zona metropolitana del Valle de México, tesis de maestría en Proyectos para el Desarrollo Urbano de la Universidad Iberoamericana.

CHAVOYA, J. I., García, J., y Rendón, H.J. (2009). Una reflexión sobre el modelo urbano: ciudad dispersa-ciudad compacta. Conferencia llevada a cabo en el 5th International Conference Virtual City and Territory. Centre de Política de Sòl i Valoracions, Barcelona.

CONSTANZA, J. (2009). Las nuevas periferias en el proceso de expansión urbana. El caso del partido de la plata. Geograficando: *Revista de Estudios Geográficos*, 5 (5), 1-23.

DÍAZ, M.P. (2015). Hábitat popular y mercado laboral: El desarrollo urbano desigual de la ciudad de El Alto (Bolivia). *INVI*, 30 (85), 111-145.

ECHEÑIQUE, M., Schlack, E., Castillo, M.J. y Gary, S. (2016), Debate. ¿Ciudades extensas o densas? Una falsa dicotomía. *ARQ*, 1 (93), 142-145.

HERMIDA, M. A., Hermida, C., Cabrera, N., y Calle, C. (2014), La densidad urbana como variable de análisis de la ciudad. El caso de Cuenca, Ecuador. *EURE*, 41 (124), 25-42.

JIMÉNEZ, E. M. D. (2019). Densificación urbana como solución sostenible. *Revista Académica GM Capital*.

MARENGO, C., y Monayar, V. (2012), Crecimiento urbano e informalidad residencial. El caso nuestro hogar III, en la periferia de Córdoba, Argentina. *Cuaderno Urbano. Espacio, Cultura, Sociedad*, 13 (13), 7-25.

MARMOLEJO, C., y Cerda, J. (2017). El comportamiento espacio-temporal de la población como instrumento de análisis de la estructura urbana: el caso de la Barcelona metropolitana. *Cuadernos Geográficos*, 56 (2), 111-133.

MARTÍNEZ, C. (2010), La importancia de la educación ambiental ante la problemática actual. *Revista Electrónica Educare*, XIV (1), 97-111.

MARTNER, C. (2016). Expansión dispersa, ciudad difusa y transporte: el caso de Querétaro, México. *EURE*, 42 (125) 31-60.

MAWROMATIS, C. (2013). Tensiones y convergencia: El diseño urbano contemporáneo como alternativa a la ciudad dispersa y difusa. *INVI*, 28 (79), 125-163.

MERA, M. A. y Santacruz, M. E. (2012), Hacia una ciudad compacta: Cuenca y sus áreas residenciales. *Estoa*, 1 (1), 67-77.

MIER, A., Vásquez, I., y Ziccardi, A. (2012), Pobreza urbana, segregación residencial y mejoramiento del espacio público en la Ciudad de México. *Sociologías,* 14 (30), 118-155.

MOLINI, F. y Salgado, M. (2012). Los impactos ambientales de la ciudad de baja densidad en relación con los de la ciudad compacta. *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, XVII (958), 1-5.

MONROY, R. (2011). La agenda urbana en Morelos. El problema del mismo programa para condiciones diferenciales. *Quivera*, 13 (2), 259-279.

NILSSON *et al.* (2014). Strategies for Sustainable Urban Development and Urban-Rural Linkages. *European Journal of Spatial Development*.

ONU. (2017). Informe de los Objetivos de Desarrollo Sostenible 2017 (7).

ONU-Habitat. (2021). Ciudades compactas: estrategias y beneficios para el desarrollo sostenible. Naciones Unidas.

ORELLANA, A., Allard, P., Nespolo, R., y Mercado, J. (2010). Gestión urbana municipal a escala metropolitana: modelos en competencia. *Revista de Geografía Norte Grande*, 1 (51), pp. 67-80.

PÉREZ, N., y Mesa, A. (2016). Estudio del fenómeno de centralidade urbana municipal a escala metropolitana: modelos de competência. *Revista de Geografía Norte Grande*, 1 (51), pp 67-80.

PRADILLA, E. (2014), La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *EXPEDIENTE 16,* (31), 37-60.

QUINTERO, M., y Gómez, L. J. (2012), Del medio ambiente al espacio urbano. Ciudades latinoamericanas en la transición de ciudades difusas a ciudades compactas. *Provincia*, 1(27), 43-76.

QUIROZ, S., Salgado M. del C., y Miranda, S. (2012). Crecimiento urbano y diversificación económica en el Estado de México, 1990-2007. Análisis Económico, XXVII (65), 5-24.

RUEDA, S. (2005). Un nuevo urbanismo para una ciudad más sostenible, I Encuentro de Redes de Desarrollo Sostenible y de Lucha contra el Cambio Climático. Victoria, Gasteiz. Sachs, J. La era del desarrollo sostenible. Barcelona, España: Editorial Deusto.

SANABRIA, T. H., y Ramírez, J. F. (2017). Ciudad compacta vs. Ciudad difusa. Ecos antiguos y recientes para las políticas de planeación territorial y espacial. *CUADERNO URBANO. Espacio, cultura, Sociedad*, 22 (22), 33-47.

BIN SULAIMAN, F. (2023). Compact City: What Is the Extent of Our Exploration for Its Meanings? A Systematic Review. *Sustainability* 2023, 15, 10302. https://doi.org/ 10.3390/su151310302.

URRIZA, G. y Garriz, E. (2014) ¿Expansión urbana o desarrollo compacto? Estado de situación en una ciudad intermedia: Bahía Blanca, Argentina. *Revista Universitaria de Geografía*, 23 (2), 99101.

04

ENTRELAÇANDO CARTOGRAFIA E INTERSECCIONALIDADE: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS NA PESQUISA COM MULHERES EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA

Caroline Cabral Nunes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

João Paulo Macedo
Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar)

10.37885/251120544

RESUMO

Este ensaio teórico debate sobre a construção de um fazer cartográfico que opere por meio de uma perspectiva interseccional em pesquisa. Parte de uma experiência de pesquisa com mulheres em contextos de violência para problematizar o modo como os marcadores sociais como classe, raça, gênero e territorialidade podem ser incorporados à investigação como operadores da complexidade. A partir das particularidades de estudos com grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos, apresenta três blocos de discussões: debate sobre as aproximações e contribuições dos pressupostos feministas à cartografia; as possibilidades de operacionalização de uma cartografia interseccional a partir da noção de diferença e desigualdade; e, por fim, reflete sobre uma conduta ética e política que se exercite durante toda estruturação e composição de uma pesquisa interseccional.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Cartografia; Pesquisa; Mulheres.

INTRODUÇÃO

Este artigo debate sobre a construção de um fazer cartográfico que opere por meio de uma perspectiva interseccional em pesquisa. Para isso, toma uma experiência de pesquisa com mulheres em contextos de violência e vulnerabilidade social, marcados pela violência de gênero e pelos efeitos da criminalidade urbana, como disparador de análises sobre uma pesquisa implicada que invista na interseccionalidade como estratégia metodológica e como conceito analítico, portanto, como método. A discussão deriva de uma pesquisa de doutorado que teve como foco de estudo o fenômeno do assassinato de adolescentes e jovens mulheres no Piauí em meio às disputas territoriais pelo comércio ilegal de drogas e o modo como tais formatos de violência têm recaído sobre o corpo feminino, atribuindo-lhe novas representações de domínio e poder em meio aos conflitos entre grupos rivais denominados facções.

O agravamento da situação de segurança pública e dos índices de violência na região Nordeste do país tem sido noticiado, tanto por notícias jornalísticas quanto por pesquisas acadêmicas, em frequência relevante nos últimos anos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2024) Esse quadro decorre, dentre outros fatores, de um cenário em que facções, antes atuantes com maior força no Sudeste brasileiro, passaram a ganhar terreno também no Nordeste. Essa expansão, consolidação e interiorização se dá a partir de formas peculiares de organização dos grupos e diferentes dinâmicas locais, e tem a participação de jovens cada vez mais novos em papéis relevantes como um elemento significativo dessas novas redes de aliança e rivalidade (MELO; PAIVA, 2021).

O Piauí, por sua vez, vem acompanhando esse processo, de forma que a presença e o avanço destas em seu território tem redesenhado suas cidades, a ocupação dos espaços urbanos e diversos outros âmbitos da vida social (COSTA, 2021). Isso se reflete no fato de que, entre 2011 e 2023, o estado esteve entre aqueles com maior escalada da violência (FBSP, 2024). Junto a isso, tem sido evidenciada uma nova dinâmica nos crimes ocorridos, em que, cada vez mais frequentemente, adolescentes e jovens mulheres tornam-se alvo de violência e assassinatos.

Há, portanto, indicativos de que a problemática da violência urbana no Brasil requer que o gênero seja incorporado ao prisma analítico, dadas as

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

particularidades que envolvem os tipos de crimes cometidos e de instrumentos utilizados, os locais em que eles acontecem e, principalmente, o perfil das vítimas. No entanto, outros marcadores sociais como classe, raça, geração e território também tornam-se essenciais aos debates e análises sobre as circunstâncias e especificidades desse quadro, visto que são pessoas jovens, negras e periféricas que, majoritariamente, têm suas vidas submetidas a uma condição de matabilidade diante dos processos de racialização e generificação que compõem a política de morte brasileira (SOUSA, NUNES; BARROS, 2020).

Verifica-se que o genocídio da população negra e pobre no Brasil representa uma realidade em curso e que tem sido evidenciada não apenas pelos quadros estatísticos do mapa da violência no país, mas no cotidiano dilacerante de uma necropolítica instituída nas comunidades. Em um cenário onde a desigualdade social, o subfinanciamento dos serviços de saúde e de educação, a pauperização e a precarização das relações de trabalho compõem a regra, a lógica colonial materializa-se na gestão praticada pelo Estado brasileiro por meio de uma engrenagem cruel e assassina, que submete corpos periféricos, racializados e feminizados a uma vida matável.

Os homicídios de jovens e o modo como tais mortes são recebidas pela população e tratadas pelos estudos criminológicos e veículos de imprensa, no Brasil e também no Piauí, estado onde a maior parte de nossas pesquisas são realizadas, são fundamentais para nos atentarmos aos modo como os marcadores sociais desempenham distintos papéis no quadro de violência e criminalidade, sobretudo quando narrativas que criminalizam ou abordam tais realidades de forma reducionista e estigmatizante tornam-se a regra. Assim, importa compreender como as categorias sociais se entrelaçam de modo a produzir condições de maximização de precariedade e, portanto, de uma maior exposição de certas populações à violência ou à morte, até condições que favorecem privilégios, possibilitando, que determinadas vidas sejam mais amplamente protegidas ou que tenham, inclusive, o direito ao luto garantido, caso sejam perdidas (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

Por outro lado, é válido o entendimento de que os marcadores sociais, por favorecerem distintas condições de subjetivação em determinados contextos, constituem não apenas experiências de desempoderamento e de subordinação, mas também produzem zonas de onde as práticas de resistência às múltiplas

opressões emergem (MARTUCHI; SIQUEIRA; MATTOS, 2022). Logo, passamos a observar que abordar a temática da violência, especialmente da violência de gênero, como no caso das jovens assassinadas em meio aos conflitos entre facções, assim como realizar estudos com grupos sociais historicamente marginalizados e excluídos sem considerar as complexidades existentes e diferentes narrativas que compõem sobre suas vidas acabaria por reforçar a visões estigmatizantes sobre tais populações ou mesmo a criminalização e culpabilização das jovens violentadas.

Em decorrência da experiência com pesquisas interventivas realizadas pelo Núcleo de Pesquisa e Intervenção em Psicologia Crítica e Subjetivação política (NUPOLIS), na Universidade Federal do Delta do Parnaíba, grupo que a primeira autora faz parte e coordenado pelo segundo autor, e diante da própria atenção às mudanças das dinâmicas criminais que envolvem a venda ilegal de drogas no Estado do Piauí e seus impactos nos modos de vida da população, passamos a investir na construção de uma pesquisa cartográfica com mulheres que experienciam os efeitos da violência urbana em seus contextos de vida, como forma de contribuir para a construção de outras narrativas acerca dos assassinatos de adolescentes mulheres no Piauí. Tratava-se de uma aposta metodológica e analítica que possibilitasse conhecer as diversas formas que mulheres percebem, lidam e empreendem lutas diante de contextos de violência, isto é, que ajudasse na abertura de novas vias de compreensão sobre como as intersecções de vetores sociais, políticos e econômicos atravessam suas vidas produzindo desigualdades, dores e mortes, mas também enfrentamentos e outras formas de viver.

Embasados por uma perspectiva feminista e pelos debates sobre o conceito de interseccionalidade proposto por feministas negras, entendemos que produzir pesquisas implicadas e comprometidas com seus efeitos sociais e políticos requer que nossa prática em pesquisa se distancie de uma investigação pautada pela representação da realidade e caminhe orientada pela noção da complexidade e da diferença. Seja em pesquisas com grupos cujas histórias são marcadas pela violência (como no caso de famílias mais diretamente atingidas pela violência policial, pela seletividade penal e pelo encarceramento, com vítimas de violência de gênero, tanto em espaços domésticos quanto de violência urbana), seja em diversos outros contextos de vulnerabilidade para

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

além do fenômeno da violência, é fundamental a noção de que, embora sejam vidas em que raça, classe e gênero delineiam trajetórias comuns, são histórias que se singularizam a partir da articulação de diversos outros marcadores, como emprego, geração, religiosidade, sexualidade, identidade de gênero, território, deficiência, dentre outros.

Assim, para o presente capítulo, temos como foco o debate sobre uma pesquisa-intervenção que tanto elucide as modulações no corpo-pesquisador e as intervenções dos/nos próprios sujeitos de pesquisa, quanto se paute por um viés analítico sensível e corporificado que sejam construídas tendo a interseccionalidade como forma de ver, ouvir e de narrar. Dialogamos sobre pesquisas orientadas pela noção de que marcadores sociais precisam ser incorporados não apenas pela noção de que produzem experiências de desigualdade, mas também de diferença, posto que não são termos equivalentes (BRAH, 2006). Refletimos sobre um fazer acadêmico cuja análise interseccional considere os marcadores sociais como operadores da complexidade durante toda a investigação, uma vez que a própria realidade pesquisada exige esse cuidado metodológico.

Especificamente, almejamos contribuir para a diversificação do modo como produzimos pesquisas no campo social e criminológico, especialmente quando abordamos o fenômeno da violência pela episteme da cartografia, tendo como foco a construção de um conhecimento que desnaturalize discursos que despotencializam a variação da vida, e lance luz sobre intersecções que tendem a ser invisibilizadas em nosso cotidiano. Para isso, apresentamos, inicialmente, um debate sobre as aproximações e contribuições dos pressupostos feministas à pesquisa-intervenção e à cartografia. Em seguida, discutimos sobre as possibilidades de operacionalização de uma cartografia interseccional a partir da noção de diferença e desigualdade. Por fim, apresentamos algumas formulações acerca de uma conduta ética e política que se exercite durante toda estruturação e composição da pesquisa.

CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS PARA AMPLIAÇÃO DE UM ÉTHOS CARTOGRÁFICO

Ao longo das experiências de pesquisas, fomos sendo interpelados acerca das aproximações possíveis entre a pesquisa-intervenção e a interseccionalidade,

especialmente quando a cartografia é tomada como método. Tratava-se do desafio de como incorporar pressupostos feministas aos principais referenciais teóricos que embasam nossas práticas de pesquisa, como os advindos do campo da filosofia da diferença e da análise institucional. Além disso, passamos a refletir se a interseccionalidade, ao longo de uma investigação, se restringe ao âmbito da análise, a uma perspectiva ética ou também ao próprio referencial teórico-epistemológico e, portanto, à estruturação do método. Essas inquietações articulam-se ao entendimento sobre o que configura uma pesquisa interventiva e quais as estratégias podemos nos apropriar para exercer o cuidado de não simplificar nossos estudos e produções acerca dos fenômenos e processos psicossociais. Aqui, damos ênfase especial à cartografia, uma das possibilidades de operacionalização de pesquisas interventivas, como forma de estabelecer uma aproximação das discussões acerca do conceito de interseccionalidade com alguns conceitos próprios do éthos cartográfico.

Entendemos a pesquisa-intervenção enquanto uma "atitude de pesquisa", como nos coloca Rocha e Aguiar (2003, p. 67), em que o conhecer é concebido como produto do fazer, e não condição prévia a este. Em nossas pesquisas, embasadas pela Psicologia Social Crítica, essa atitude tem contribuído na rejeição a uma análise individualizante e despolitizadora dos conflitos e do sofrimento, enfatizando uma produção dinâmica do conhecimento, que não se finda em si mesma, mas se dirige à processualidade dos acontecimentos que emergem no/do próprio campo (ROCHA; AGUIAR, 2003). Ao trabalharmos a partir da cartografia como método de pesquisa-intervenção (PASSOS; BARROS, 2015), buscamos acompanhar processos de subjetivação por meio da construção de um plano comum de experiência que possibilite o acesso ao coletivo de forças que compõem o território e atravessam a todos os que dele fazem parte. Dessa forma, a cartografia tem demonstrado sua singularidade não em solucionar problemas e representar objetos, mas em jogar luz à "ontologia de forças" ao longo de toda a investigação (KASTRUP , 2019, p.101), sendo aí onde se encontra sua valiosidade. Trata-se de uma ferramenta que viabiliza a aproximação com a complexidade das realidades estudadas (ROMAGNOLI, 2009).

Na medida em que nossas produções têm como foco problemáticas cada vez mais desafiadoras e multifacetadas, como pesquisas em contextos marcados pela vulnerabilidade social, pelos efeitos do racismo, da pobreza e

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

da misoginia, ou mesmo por vidas que rompem com as normativas sociais de gênero, sexualidade e, de modo mais específico, pela presença da violência e/ou da criminalidade como fator marcante, evidencia-se a importância de estudos contextualizados e não-dualistas, sobretudo diante da predominância de um paradigma científico moderno em que há sempre o risco de uma leitura fragmentada e eliminadora da diversidade (PAULON & ROMAGNOLI, 2010). No momento em que o desejo pelo controle e práticas de governo repressoras e fascistas fortalecem-se com assustadora rapidez na contemporaneidade, tornam-se imprescindíveis produções que, por sua ação crítica, construam alternativas a explicações rápidas e que legitimam discursos que condenam e exterminam determinadas subjetividades.

Assim, trazer os ideais feministas à centralidade torna-se imperativo, dado que análises sobre como as relações de poder e as concepções de gênero produzem os sujeitos nos diferentes contextos são essenciais ao questionamento dos modos de produção do conhecimento e da neutralidade enquanto conduta científica (NARVAZ; KOLLER, 2006), sobretudo quando abordamos o cotidiano de pessoas socialmente vulnerabilizadas e excluídas (ROMAGNOLI; SILVA, 2022). Estabelecer esse diálogo não é desconhecer as diferentes vertentes teóricas-epistemológicas da qual fazem parte os feminismos, afinal, quando buscamos incorporar os posicionamentos feministas às nossas metodologias, reconhecemos que não há uma única teoria feminista geral, mas correntes teóricas diversas que partem de diferentes pontos para explicar e contestar a condição de subordinação feminina (BANDEIRA, 2008). Por isso, a importância de se pensar em perspectivas feministas, nas quais distintas pautas são defendidas, mas cujo embasamento em seus pressupostos epistemológicos, ontológicos e éticos tem como objetivo comum a mudança social (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Incorporar perspectivas feministas à cartografia torna-se fundamental na tentativa de trazer à visibilidade o imbricamento das relações históricas, culturais, políticas e econômicas que conformam subjetivamente os sujeitos e suas histórias a partir de múltiplos marcadores sociais (CIDADE, 2018). No trabalho com grupos marcados por experiências de desigualdade e exclusão social, especialmente mulheres negras e pobres, estamos diante da urgente a aproximação com as perspectivas feministas que tensionam os campos de saberes, como no caso de estudos na esfera da segurança pública e da justiça,

sendo uma via alternativa às metodologias tradicionais e que atualizam novos colonialismos (NUNES; MACEDO, 2023).

Apostar em uma pesquisa feminista se liga à afirmação de um estudo situado, visto que toda escolha de objeto e decisões metodológicas possuem raízes nas experiências de quem deseja saber. Exercer uma cartografia feminista exige uma política de pesquisa na qual a objetividade é entendida enquanto uma objetividade feminista, ou seja, uma objetividade que só é possível pelo reconhecimento de sua corporificação, posto que todo saber é sempre um saber localizado (HARAWAY, 2009). Isso requer compreender que toda pesquisa resulta do cruzamento de diferentes regimes de poder que compõem campo e sujeito-pesquisador, e que ambos são constituidores da prática investigativa.

Esses apontamentos dialogam com a experiência da problematização que Kastrup (2019) destaca como elementar ao trabalho do cartógrafo. Conforme a autora, a problematização é exercida através de uma atenção concentrada e aberta aos processos de subjetivação e se trata sempre de uma experiência permeada por vetores materiais, políticos, midiáticos e econômicos. O acesso ao conhecimento, mais do que uma observação isolada do mundo, decorre daquilo que as lentes de quem pesquisa alcançam. Assim, por sua necessária postura atenta, cabe ao(à) cartógrafo(a) regular seu foco para produzir novos enquadramentos da realidade (KASTRUP, 2019). Torna-se, portanto, primordial indagarmos acerca do nosso papel ao retratarmos histórias de vidas que, em uma sociedade estruturada por lógicas de segmentação baseadas na raça, classe social e gênero, são mais diretamente violadas, violentadas e estigmatizadas. São percepções que buscamos incorporar em nossas pesquisas acerca do assassinato de jovens e adolescentes mulheres no Piauí, e que nos demonstraram a valiosidade em questionar, ao longo de nossos estudos, o que o nosso olhar tem nos permitido enxergar, o que nossa escrita tem sido capaz de registrar e se estamos, de fato, empreendendo enfrentamentos a uma política de pesquisa baseada na representação e a ideologias que rotulam e invalidam os diferentes modos de existir.

Nesse bojo, o conceito-ferramenta de análise de implicação nos indica que quem pesquisa está sempre ocupando um local na dinâmica de forças do território (CHASSOT; SILVA, 2018). Por definir uma direção clínico-política à cartografia, o tema da implicação nos coloca frente à ideia de que ao trazer os

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

pressupostos feministas para o campo experiencial, não apenas é suficiente descrever os nossos próprios posicionamentos e como estes são tensionados no contato com o campo, mas refletir suas influências na produção do estudo e nos produtos que dele derivam, posto que todo conhecimento é encarnado da posição social de quem pesquisa (BIGLIA, 2014). Por isso, nos apoiamos em Biglia (2014) ao defender que uma pesquisa feminista, mesmo quando produzida por mulheres e sujeitos minoritários, não garante a produção de um conhecimento menos "corrompido", mas sim, um conhecimento parcial e situado, tal qual Haraway (2009) nos propõe acerca dos saberes localizados. Assumir o lugar social que ocupamos e a forma como ele interfere naquilo que vemos e registramos é, por esta lógica, um dever não somente acadêmico, mas também político.

Dentro dessa lógica, em um cenário de intenso agravamento nos processos de criminalidade e violência no Nordeste, mas também no Brasil, de modo geral, uma cartografia feminista que toma como objeto de estudo a violência de gênero, o extermínio de corpos negros, favelados, jovens, femininos, as mortes decorrentes de intervenções policiais ou de disputas entre facções rivais, a seletividade penal, enfim, a necropolítica orquestrada e executada pelo Estado, ultrapassa o acompanhamento dos modos como os amplos domínios de poder conformam subjetividades oprimidas e contextos de desigualdade, e dirige-se à análise sobre como ajudamos a desmantelar racionalidades que classificam e essencializam experiências de exclusão e conflito. Em acordo com Sousa (2020), nos valemos da noção de que traçar uma cartografia a partir de uma polifonia de vozes feministas possibilita fazer circular outras narrativas acerca das mortes de mulheres na cidade que se contraponham àquelas que as culpabilizam pelas violências das quais são vítimas.

Evidencia-se, dess forma, a urgência de uma prática em pesquisa que denuncie o sexismo e colonialismo presente nos estudos sobre criminalidade e violência, promovendo uma criminologia antirracista e que "dispute a própria vida enquanto potência" (SILVA; BICALHO, 2023). Nossa aposta se encontra em uma cartografia que promova intervenções no sujeito pesquisador e no campo, mas também no conhecimento produzido dentro da Psicologia e demais áreas, em práticas de enfrentamento a lógicas repressoras e segregadoras, especialmente quando tratamos de contextos nos quais a violência se faz presente de diversas

formas. Assim, reafirmamos que quando tratamos das violências e violações que acometem corpos femininos e periféricos, estamos diante não apenas de um efeito colateral das dinâmicas de criminalidade, mas de uma violência sistêmica que maximiza a condição de precariedade desses corpos desde muito cedo, lhes retirando, até mesmo, a possibilidade de comoção pública diante de suas mortes (SOUSA, NUNES; BARROS, 2020).

Analisar experiências de mulheres e grupos minoritários em meio a contextos de violência e criminalidade urbana é envolver-se em um emaranhado de elementos sociais, raciais, sexuais, econômicos e políticos que conformam as histórias de todos aqueles que encontram-se implicados nesse processo. Exercer uma pesquisa implicada e feminista se coloca como uma estratégia de dar corpo ao que o próprio campo de estudo exige tanto em termos analíticos e procedimentais, quanto ético e político. Ao lançar pistas sobre o método da cartografia, Passos e Barros (2015) nos indicam que é justamente quando o ato de pesquisar adquire complexidade que somos obrigados a forçar os limites de nossas metodologias.

Logo, por defendermos uma postura estilística de pesquisa que se coloque aberta à experimentação de ideias, conceitos e desenhos metodológicos, juntamente a uma atitude problematizadora de si e do próprio fazer da pesquisa diante da realidade investigada (NUNES; MACEDO, 2020), no próximo bloco trataremos acerca do conceito da interseccionalidade como estratégia de potencialização de nossas práticas de pesquisas.

INTERSECCIONALIDADE E CARTOGRAFIA: OS MARCADORES SOCIAIS COMO ARTICULAÇÃO DA DIFERENÇA

No debate sobre os caminhos metodológicos que podemos traçar a partir da cartografia, Paulon e Romagnoli (2010) pontuam a condição provisória das respostas que encontramos através de nossas pesquisas científicas diante da complexificação dos fenômenos sociais e subjetivos. Para as autoras, em nossas produções, os agenciamentos que fazem emergir o novo decorrem de uma postura ativa de quem pesquisa na criação de "zonas de indagações, de desestabilização que possam favorecer ao coletivo aflorar" (p.96), sendo isso o que define o caráter interventivo de uma investigação. Destarte, uma vez que a

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

interseccionalidade, enquanto prática-conceito feminista, possibilita avançar em uma perspectiva integrada de apreensão das identidades e das desigualdades sociais, e, neste aspecto, permite abordar formas diversificadas de objetivação saber-poder, entendemos que exercer uma cartografia feminista e interseccional se configura como uma possibilidade de "compreender-intervir" sobre as diferentes formas de produções subjetivas (POCAHY, 2011).

Por isso, recuperamos o debate iniciado por Crenshaw (2002) acerca do conceito de interseccionalidade em referência ao modo como a sobreposição e cruzamento dos múltiplos sistemas de subordinação, tais como racismo, sexismo e opressão de classe, perpassam o indivíduo a partir de desigualdades sociais, econômicas e políticas. De acordo com Diaz-Benitez e Mattos (2019), ao utilizá-lo na denúncia da intersecção dos sistemas e estruturas de dominação como articulação de desigualdades, Crenshaw o incorporava como estratégia política em sua luta por direitos humanos e de garantia de empoderamento para grupos subordinados, especialmente mulheres negras e pobres.

Há várias vertentes do conceito de interseccionalidade, inclusive perspectivas que defendem que as intersecções não sejam abordadas somente como sistemas dominação e marginalização, reforçando a noção de identidades pensadas somente a partir do desempoderamento (PISCITELLI, 2008). Reconhecer as diferentes entradas é fundamental, porem, aqui, procuramos estabelecer um diálogo entre as diferentes perspectivas como forma de lançar pistas sobre possíveis percursos metodológicos dentro da cartografia, como forma de ampliar e diversificar nossas investigações acerca das opressões e formas de enfrentamento de grupos vulneráveis (ROMAGNOLI; SILVA, 2022), seja em nossas pesquisas no campo da psicologia social, da criminologia, ou em outras.

São norteadores que nos indicam o cuidado de que, ao envolver a interseccionalidade em nossas produções, haja sensibilidade na distinção entre diferença e desigualdade, entendendo que ambas são contingentes, mas se conformam de modos distintos (BRAH, 2006). Por isso, conforme destaca Pereira (2021), uma visão antiessencialista, que se efetiva pelo manejo do caráter histórico e contextual dos sistemas de subordinação, do caráter social das construções identitárias e pela consideração das assimetrias de poder, se mostra uma preocupação pertinente para que o conceito não se dissocie do seu sentido político. Isso nos conduz a uma dimensão ética da análise interseccional, isto

é, ao zelo em narrar as histórias dos sujeitos enquanto agentes sociais que são produzidos de forma dinâmica e relacional nas redes de poder (BRAH, 2006), sem perder de vista, evidentemente, a importância de pensá-los em termos de proteção e de defesa dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002).

Importa entender a diferença para além do plano negativo (BRAH, 2006), atentando-nos aos diferentes marcadores sociais de forma contextual, localizada no tempo e no espaço, o que revela que diferença e desigualdade não devem ser utilizadas indistintamente, mas requerem uma análise singular dentro da história de vida de cada sujeito. Realizar um estudo que tome como fundamental a demarcação dos marcadores sociais presentes nas diferentes trajetórias consiste em entendê-los não apenas como formas de categorização exclusivamente limitante, mas como recursos que, de modo simultâneo, possibilitam a ação (PISCITELLI, 2008).

Pensar as subjetividades a partir do modo com os marcadores sociais se articulam, ora produzindo desigualdade e experiências de opressão, ora diferenciação, fazendo emergia contextos de diversidade, nos coloca diante do conceito de metaestabilidade, fundamental no campo da cartografia (PASSOS; BENEVIDES, 2015). Se entendemos que o sujeito enquanto sistema vivo, em permanente processo de individuação, então, adotar a interseccionalidade a partir da articulação de diferenças significa guiarmos-nos pelo aspecto processual da produção de subjetividades. Daí a importância de analisar os processos de racialização ou de generificação, por exemplo, ultrapassando a dimensão do desempoderamento, e incorporando os modos como estes possibilitam produções positivas e insurgentes para os sujeitos e coletivos, como apontam Díaz-Benitez e Mattos (2019).

Destacamos, também, a maneira como Collins (2019) pensa a interseccionalidade. Para a socióloga, a conceito se refere a formas particulares de opressão interseccional, tais como os sistemas de raça, etnia, classe, gênero, nação, geração, que não se reduzem a um tipo fundamental de opressão, mas estruturam a organização social e, de forma conjunta, produzem injustiça social. A partir do conceito de matriz de dominação, Collins (2019) oferece uma leitura da organização social geral das relações de poder, e defende que esta é composta a partir de arranjos particulares dos sistemas interseccionais e dos domínios amplos dos poderes estruturais, disciplinares, culturais e relacionais,

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

que se inter-relacionam e conformam a vida de mulheres negras. Na contramão de pensar a interseccionalidade enquanto uma somatória de eixos de opressão, nos embasamos em suas ideias para organizar nossas pesquisas compreendendo que as categorias de diferenciação, ainda quando semelhantes, articulam-se de modo unificado para cada história de vida (COLLINS; BILGE, 2020).

Pensar as dimensões de poder e de dominação, conforme propõe Collins (2019), é cartografar as histórias de mulheres negras e periféricas a partir da análise de como as instituições, as políticas sociais, as condições de (des)igualdades nas oportunidades de disputas por vagas de emprego ou de estudo em universidades, os relacionamentos sociais, familiares e amorosos, a seletividade penal, o tratamento dado pelos veículos de notícias, o imaginário produzido pelos livros e filmes, enfim, o modo como as intersecções de distintas dimensões de poder ampliam ou minimizam vantagens sociais a determinadas mulheres ou excluem e marginalizam outras, expondo-as aos riscos, até mesmo à morte. Isso nos coloca diante da reflexão sobre como as condições sociais de vida de uma mulher, inclusive em meio às operações da criminalidade urbana e da violência de gênero, podem ampliar ou minimizar a possibilidade de proteção de sua vida ou de matabilidade.

Nesta perspectiva, Cidade (2017) argumenta que os os feminismos interseccionais atualizam nossas leituras dos problemas sociais e, como norteadores conceituais e práticos, radicalizam a ideia de conhecimento, de intervenção e de análise de implicação na cartografia. Para a autora, o aporte da interseccionalidade nos ampara no combate aos objetivismos masculinistas e às racionalidades classistas e racistas que encontram-se preservadas dentro da ciência. Assim, nos apropriarmos dos debates no campo da interseccionalidade corresponde a uma forma de construir estratégias de confronto ao positivismo criminológico que tanto permeia os estudos sobre as dinâmicas criminais.

A cartografia, ao trazer visibilidade para os planos da organização e da consistência, nos permite narrar histórias de vidas estigmatizadas e socialmente excluídas, como aquelas cuja violência se impõe com maior força sobre seus corpos, tanto do ponto de vista de sua forma molar quanto molecular. Ou seja, a partir daquilo que as organiza em termos de estratos sociais, da divisão binária de sexo, de trabalho, enfim, segmentos que homogeneízam a vida e produzem linhas duras; e também do ponto de vista molecular, tornando visível

suas linhas flexíveis, de produção de novos sentidos, de invenção e variação das formas de existir e de produzir resistência àquilo que estagna os fluxos da vida (ROMAGNOLI, 2009). Entrelaçando à noção de diferença, diversidade e diferenciação (BRAH, 2006) e ao conceito de interseccionalidade, defendemos uma cartografia que desvende as linhas de fuga que, na realidade dos sujeitos de estudos, os permitem enfrentar o Estado em suas formas massacrantes de controle e extermínio, seja à frente de movimentos sociais, de organização comunitária, seja na audaciosa atitude de continuarem vivos e re(existindo) em suas atividades diárias e cuidados consigo e com os seus.

No trabalho com mulheres que experienciam processos de violência e criminalidade, nossa tentativa deve ser não de apresentar as histórias do ponto de vista de um provável aprendizado ou vantagem obtida a partir do sofrimento, da dor ou da privação, tampouco compreender que as ações de resistência somente seriam possíveis dentro das condições dadas, visto que não se trata de desconsiderar que são histórias de vítimas de múltiplas violências, mas, sim, analisar suas composições destacando as particularidades de cada uma. Urge estarmos atentos ao modo como privilégios e opressões se articulam, de maneira dinâmica e movente, visto que estes são permeáveis à mudança, e que, ainda que pertençam a um grupo social, são mulheres que mesmo nas similaridades possuem especificidades.

Realizar uma pesquisa interseccional denota incorporar a interseccionalidade tanto como conceito analítico quanto estrutura metodológica do estudo, pois, como afirmam Días-Benitez e Mattos (2019), o exercício da interseccionalidade na pesquisa é uma prática metodológica que não se resuma à afirmação de que serão considerados marcadores de raça, gênero e classe, mas que exerça uma operação do conceito de interseccionalidade do ponto de vista epistemológico, teórico, político e ativista. Isso corrobora com Bilge e Collins (2020) quando afirmam que, em uma práxis interseccional, o pensar e o fazer moldam-se mutuamente, e, portanto, rejeitam a compreensão de que teoria e prática são categorias desconectadas.

Assim, conforme expõe Pereira (2021), ao pensar o fio condutor de uma pesquisa interseccional, que é tecido desde as literaturas e vozes que a embasam, os procedimentos elencados para sua operacionalização e as formas como sua efetivação é utilizada na luta por justiça social, podemos compreender, em

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

conjunto, alguns dos desafios com os quais uma abordagem interseccional deve lidar: a visão histórica e contextual das categorias sociais; a apreensão das assimetrias de poder, o cuidado com uma interpretação dos problemas sociais que se dê a partir do ponto de vista e das prioridades dos próprios grupos pesquisados e a noção da multideterminação das desigualdades e diferenças e sua interrelação.

APONTAMOS ÉTICOS E POLÍTICOS DE UMA CARTOGRAFIA INTERSECCIONAL

Bicalho (2019), ao discutir sobre a ética em jogo na produção de uma pesquisa, nos interpela acerca do que seria a intervenção de uma pesquisa e de que maneira essa intervenção caracteriza a pesquisa como pesquisa. Ao afirmar que toda pesquisa é intervenção, o autor argumenta que uma pesquisa não se limita ao processo de construção, escrita e publicação, mas continua reverberando e produzindo efeitos naquele que pesquisam, participam, lêem, afinal, toda pesquisa continua viva no mundo (BICALHO, 2019). Diante disso, também nos perguntamos: de que forma uma pesquisa interseccional produz a sua intervenção no mundo? Tomar essas problematizações se mostra importante no momento em que as utilizamos como disparadores para refletir tanto sobre os formatos pelos quais a interseccionalidade pode ser trazida para a estruturação de práticas em pesquisas cartográficas, mas também para pensar como, no contexto acadêmico, podemos nos conectar com o caráter político, interventivo e ativista do próprio conceito. Concordamos que o exercício de uma pesquisa-intervenção que toma a cartografia como método e se produz a partir de uma prática feminista e interseccional refere-se não apenas ao trabalho desenvolvido em campo, mas também a tudo que trazemos para a composição de nossas escritos e, principalmente, aos tensionamentos que nos propomos a realizar nas estruturas acadêmicas e sociais.

É necessário que, ao trabalharmos com o conceito-ferramenta da interseccionalidade, retornemos, a todo momento, às bases epistemológicas que tornaram fértil o chão para seu surgimento (SILVA, 2021). Ou seja, dado que a interseccionalidade surge no seio do movimento feminista negro e, por seu dever de atuar como instrumento prático no ativismo contra o racismo, colonialismo

e cisheteropatriarcado, uma pesquisa interseccional requer também que sejam evidenciadas as produções de discurso de diversos feminismos não hegemônicos. Trata-se de uma condição elementar para operarmos mudanças no impacto que os discursos feministas produzem nos processos de subjetivação e racialização das mulheres, e do reconhecimento de que, historicamente, o feminismo hegemônico defendido por mulheres brancas esteve alheio ao debate sobre as intersecções entre raça e gênero e à construção de espaços horizontais e plurais de diálogo (MARCINIK, 2018).

Trilhar o percurso de uma pesquisa-intervenção com base nos pressupostos feministas é uma ferramenta de contestação dos saberes hegemônicos, uma forma de trazer os conhecimentos produzidos nas margem para o centro, saberes esses muitas vezes considerados "não teóricos - ou não suficientemente teóricos" (hooks, 2013, p.88). Isso representa uma tentativa de implodir o pensamento normativo acadêmico. Um ato de resistência, como defende Marcinik (2018). No caso de pesquisas com populações subordinadas por processos de racialização e periferização, refere-se a construir um trabalho em que os próprios sujeitos falem, por si próprios, sobre suas histórias, deslocando a narrativa dominada pelos estudos criminológicos, pela mídia e boletins policiais para seus próprios modos de narrar, seus próprios modos de resistir.

Uma vez que a proposta da interseccionalidade, enquanto metodologia, surge como ferramenta e estratégia prática para dar visibilidade e combater múltiplas discriminações, sobretudo aquelas vividas por mulheres não brancas, Akotirene (2019) nos faz atentar para a indispensabilidade do exercício de uma "sensibilidade analítica", no sentido de nos desviar de reducionismos à identidades e essencialização de intersecções, e também nos colocarmos, enquanto pesquisadores-analisandos, no centro da análise, dada a necessidade de investigar os fluxos entre as distintas discriminações e opressões interseccionais e nossa posição social diante delas. Assim, no caso da primeira autora e suas pesquisas com mulheres em contextos violentos, demandava problematizar sua própria posição, de se reconhecer, também, enquanto sujeito racializado, posto que, ainda quando inseridas em outras esferas privilegiadas de racialização, também é produzida a partir de posições sociais proporcionadas pela sua cor de pele branca, por sua classe social e pelos efeitos de uma colonização que ainda se faz regra em uma sociedade racista (MARCINIK; MATTOS, 2021b).

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

Nesse sentido, ouvir-analisar-narrar as histórias e trajetórias de vida de sujeitos subalternos é, também, nos inserir nesse processo, posto que nossos próprios modos de subjetivação e racialização também estão em jogo nesse cruzamento de marcadores sociais, privilégios e opressões. Concordamos, então, com a necessidade de que estejamos atentos ao nosso próprio posicionamento no campo de estudo, explicitar as relações de poder, tensões, (des) territorializações que, em metodologias de pesquisas ligadas a campos de saberes dominantes, possam passar despercebidos ou, quando percebidos, sejam deixados para segundo plano ou considerados violadores de uma suposta objetividade e cientificidade.

Mapear diferentes e complexos modos de existência a partir da interseccionalidade é compreender que, no encontro com os sujeitos de pesquisa, entramos em contato também com o nosso próprio (des)conhecimento e distanciamento das realidades estudadas, posto que frequentemente são vivenciados processos de desterritorialização e construção de novas formas de pensar e de entender que derivam dos fluxos e mobilizações afetivas que emergem da própria investigação. Ainda que estejamos trabalhando com grupos que compartilhem de determinadas categorias sociais, como condições econômicas, processos de racialização e gendramento, a intersecção dessas categorias atua na diversificação das experiências femininas, mesmo em contextos cuja ausência de políticas protetivas do Estado deixa o rastro de destruição e de precarização. Por isso, concordamos com Pocahy (2011), que considera que "interseccionar linhas de saber-poder pode, talvez, nos garantir alguma margem de liberdade diante das formas arbitrárias, hierárquicas e normativas de pensar-viver a vida e as relações sociais que nos interpelam como seres viventes" (p.28), sendo esta umas das formas possíveis de construir outras epistemologias de mundo na medida em que colocamos em análise aquilo que nos faz ou não humanos.

Argumentamos, portanto, em defesa de uma prática analítica-reflexiva que considere a complexidade daquilo que buscamos estudar, principalmente no estudo de histórias de mulheres expostas mais diretamente à violência e criminalidade urbana, realidades que nos convocam à diversificação e ampliação do pensamento, e que não podem ser apreendidas por explicações apressadas e universalizantes. Realidades de mulheres jovens, mães, solteiras, casadas, mulheres egressas do sistema prisional, mulheres com ensino superior, mulheres

sem escolaridade, mulheres religiosas, mulheres com emprego, mulheres desempregadas. Essa é uma das possibilidades de abarcar a complexidade como balizadora de uma práxis investigativa: desenvolver tais narrativas a partir da noção de diferentes planos de análise e das singularidades emergentes.

Trata-se também de pôr em questão saberes já consolidados e buscar questionar formatos academicistas de escrita que, pertencentes a campos hegemônicos, atuam na legitimação de privilégios de grupos cujos espaços de fala e de ciência já lhes são garantidos (DÍAZ-BENÍTEZ & MATTOS, 2019). Assim, em nossas escritas cartográficas, realizar perguntas que explicitem as relações de poder no campo pesquisado, dialogar com questões políticas e sociais contemporâneas, localizar nossa posição em relação aos marcadores sociais da diferença e ao problema social pesquisado, bem como utilizar de referenciais do feminismo negro e de crítica à branquitude são formas de tentar criar um espaço de horizontalidade e pluralidade para que possamos evitar um reforço a hegemonia do saber que produz distanciamentos epistemológicos.

Reforçamos, assim, um cuidado ético-político para não invisibilizar experiências e pontos de vista, e para não trilhar o percurso de uma única narrativa acerca de problemas sociais como o da violência e assassinato de mulheres nas periferias urbanas, como forma de pensar as demais possibilidades e experiências que, frequentemente, são apagadas das produções acadêmicas. Esse zelo refere-se a uma postura vigilante quanto ao perigo que constantemente tem sondado as pesquisas interseccionais, que é o embranquecimento acadêmico de suas proposições (AKOTIRENE, 2019). Isso não significa utilizar da interseccionalidade como uma forma de "desconstruir a falsa vulnerabilidade uniformizada" da branquitude (AKOTIRENE, 2019, p.30), mas tomá-la como um instrumento de identificação de conceitos e teorias produzidas por grupos subalternizados, ampliando o debate para além das epistemologias dominantes.

Desenvolver um estudo a partir de autoras feministas e de conceitos que afirmam um outro modo de pesquisar para além das metodologias e teorias conversadoras, excludentes e que legitimam o domínio de determinados grupos, é apostar na ideia de compor uma cartografia a partir do diálogos com as mulheres e com suas narrativas de vida, com os movimentos que organizam, com minhas próprias afetações e deslocamentos. Uma escrita cujo desenvolvimento não esteja centrado apenas no sofrimento cotidiano e em experiências

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

entristecidas e despotencializadas, mas que produza focos de luz sobre atos de resistência, de luta, de reivindicação de direitos. Que registrem o viver, mais que o sobreviver. Uma escrita, portanto, que permita um processo de análise, de contato, de apresentação e conhecimento, desconhecimento e reconhecimento das histórias de mulheres que lidam mais diretamente com os efeitos de uma guerra urbana em curso.

Por fim, se afirmamos que a pesquisa-intervenção, por sua ação crítica e conduta ética, busca atuar na desnaturalização daquilo que está instituído, no conhecimento do objeto a partir das próprias implicações de quem pesquisa, em (des)territorialização, acompanhando processos de subjetivação e dessubjetivação em campo, defendemos que acompanhar processos subjetivos pelo prisma da interseccionalidade, observando o modo como os diferentes marcadores sociais reverberam nas subjetividades, é uma postura de experimentação e invenção que rompe as barreiras da pesquisa, mas se desloca para a vida e, portanto, que diz de uma "atitude problematizadora de si e do próprio fazer da pesquisa diante da realidade investigada" (NUNES; MACEDO, 2020).

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, L. **A contribuição da crítica feminista à ciência.** Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 1, p. 207–228, jan. 2008.

BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. **A ética em jogo no campo surpreendente da pesquisa.** Revista Polis e Psique, v. 9, p. 20–35, 2019. DOI: 10.22456/2238-152X.98443.

BIGLIA, B. **Avances, dilemas y retos de las epistemologías feministas en la investigación social.** *In*: AZKUE, I. *et al. Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista.* Espanha: Hegoa, 2014. p. 21-44.

BRAH, A. **Diferença, diversidade, diferenciação.** Cadernos Pagu, n. 26, p. 329–376, 2006.

CIDADE, M. L. R. **Pesquisa-intervenção feminista e processualidades localizadas no contexto da retificação do registro civil de pessoas trans.** *In*: XI Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2018, Florianópolis. Anais [...]. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CHASSOT, C. S.; SILVA, R. A. N. da. **A pesquisa-intervenção participativa como estratégia metodológica: relato de uma pesquisa em associação.** Psicologia & Sociedade, v. 30, p. e181737, 2018.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, M. B. **Cartografias do narcotráfico: uma análise comparativa entre os estados do Piauí, do Ceará e da cidade de Juarez no México.** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Estudos Feministas, p. 171-189, 2002.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; MATTOS, A. **Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas.** *In*: SIQUEIRA, I. R.; MAGALHÃES, B.; CALDAS, M.; MATOS, F. (orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos.* v. II. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019. p. 67–94.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** Cadernos Pagu, n. 5, p. 7–41, 2009.

hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KASTRUP, V. **A atenção cartográfica e o gosto pelos problemas.** Revista Polis e Psique, v. 9, p. 99–106, 2019. DOI: 10.22456/2238-152X.97450.

MARCINIK, G. G. **Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas.** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARCINIK, G. G.; MATTOS, A. R. **Movimentos feministas e relações raciais intragênero: entre a luta e a opressão.** Revista Polis e Psique, v. 11, n. 1, p. 162–182, 2021. DOI: 10.22456/2238-152X.108015.

MARTUCHI, R. R. *et al.* **Interseccionalidade como pista teórico-metodológica para pesquisa em gênero, raça e infância.** Anais do VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2022.

MELO, J.; PAIVA, L. F. S. **Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e do Ceará.** Revista USP, n. 129, p. 47–62, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i129p47-62.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** Psicologia em Estudo, v. 11, n. 3, p. 647–654, 2006.

NUNES, C. C.; MACEDO, J. P. **Encarceramento feminino: um debate entre criminologia e perspectivas feministas.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e249513, 2023.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção.** *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. D. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Sulina, 2015.

PAULON, S. M.; ROMAGNOLI, R. C. **Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 10, n. 1, p. 85–102, 2010.

PISCITELLI, A. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Sociedade e Cultura, v. 11, n. 2, 2008. DOI: 10.5216/sec.v11i2.5247.

ISBN 978-65-83998-94-1 - Vol. 2 - Ano 2025 - www.cientificadigital.org

POCAHY, F. A. **Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista.** Textura, v. 13, n. 23, p. 18–30.

ROCHA, M. L. da; AGUIAR, K. F. de. **Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 23, n. 4, p. 64–73, 2003.

ROMAGNOLI, R. C. **A cartografia e a relação pesquisa e vida.** Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 2, p. 166–173, maio 2009.

ROMAGNOLI, R. C.; SILVA, B. C. **Interseccionalidade e a esquizoanálise: conquistas macropolíticas e retrocessos micropolíticos.** Psicologia & Sociedade, v. 34, p. e29960, 2022.

SILVA, J. C. F. da; BICALHO, P. P. G. de. **Por uma criminologia antirracista: chacinas policiais como persistência e reinvenções do controle racial brasileiro.** Psicologia & Sociedade, v. 35, p. e277144, 2023.

SOUSA, I. S. **Morte de mulheres nas dinâmicas da violência urbana em Fortaleza: diálogos com mulheres-integrantes de movimentos feministas e de organizações da sociedade civil.** 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. **Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará.** Psicologia Política, v. 20, n. 48, p. 370–384, 2020.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva

Licenciado em Matemática e pedagogia, Graduado em Gestão Pública. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, pela a Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Especialista em Gestão, Direito, Educação e Segurança no Trânsito, Especialista em Inteligência Policial e em Gestão no sistema Prisional. Extensão universitária em DOCÊNCIA E PRATICAS NO ENSINO SUPERIOR. Atualmente sou servidor do Governo do Estado do Espírito Santo, docente de pós-graduação (nas disciplinas de segurança publica e social, mobilidade e politicas públicas), e titular da cadeira de legislação de trânsito e política da ASSINTRAN. Consultoria e Assessoria: Em Mobilidade Urbana e Politico.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8256025812096945

Flávio Aparecido de Almeida

Graduado em Psicologia (UNIFAMINAS), História (UEMG), Pedagogia (FINOM), Educação Especial (UNIFAVENI), Sociologia (UNIFAVENI), Filosofia (FAERP -UNIETEP) e Ciências da Religião (UNICV). Especialista em: Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (UCAM), Psicopedagogia
Lattes: https://lattes.cnpq.br/2192204324890376

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção Básica: 8, 9, 11, 14, 18, 21, 22, 23

Autocuidado: 13, 25, 33, 34, 35, 36, 37, 38

C

Cartografia: 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 78

Ciudad Compacta: 41, 43, 44, 51, 52, 54, 55, 56

Ciudad Dispersa: 41, 44, 52, 54, 55

E

Equilíbrio: 12, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Esferas da Vida: 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38

I

Interseccionalidade: 57, 58, 59, 61, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

M

Medicina Tradicional: 9, 10, 12, 13, 14, 15, 22, 23

Modelos de Ciudad: 41, 44

Mulheres: 31, 32, 37, 38, 57, 58, 59, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78

P

Pesquisa: 15, 16, 18, 19, 31, 38, 39, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78

Práticas Integrativas e Complementares: 8, 9, 10, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23

R

Reabilitação: 9, 11, 12, 17, 19, 20, 29

S

Sustentabilidad: 41, 43, 44, 45, 47, 48, 52, 53

científica digital

ISBN 978-658399894-1

VENDA PROIBIDA - ACESSO LIVRE - OPEN ACCESS

www.cientificadigital.org | contato@cientificadigital.org